

n° 4
2020

AL-Gazarra

ADP
M
mértola

40 Anos
desde 1980

Índice



- 1 **Editorial**
- 2 «**Caminhando caminhos dentro**» — Rui Mateus
- 12 **Entrevista com Jorge Revez**
- 16 **Entrevista com Rosário Oliveira**
- 20 «**Há caminhos para um futuro sustentável?**» — Diogo Nascimento e Julio Campos
- 26 **Entrevista com Cláudio Torres**
- 28 **COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**
- 34 **Testemunho de um companheiro de caminhada** — Pedro Melo Franco
- 37 **Entrevista com Ana Paula Figueira**
- 40 «**Biodiversidade no Vale do Guadiana**» — Pedro Rocha
- 44 «**Educação ambiental, alicerce duma nova cidadania**» — Manuela Sousa
- 48 «**Mértola. Inovação de base territorial**» — Pedro Reis
- 50 **Entrevista com Olga Martins**
- 56 **Prémios ADPM**



Ficha técnica:

ALGAZARRA n° 4 / Dezembro 2020

Edição: ADPM Associação de Defesa do Património de Mértola

Diretor: Jorge Revez

Coordenação: Rui Mateus LETRAS ENCANTADAS

Design: António José Cruz LETRAS ENCANTADAS

Impressão: PUBLIREP

Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 978-989-99245-5-0

Depósito Legal: 477733/20

ADPM

Largo Vasco da Gama S/N
7750-328 Mértola
telefone +351 286 610 000
email: geral@adpm.pt
www.adpm.pt



Na página ao lado:
MURAL DA ADPM / Teresa Martins

Editorial

Comemorar a passagem de mais uma década, quatro já, na vida da ADPM, com a publicação de mais um número da ALGAZARRA, tem acima de tudo a motivação de ter um meio que dê conta, aos sócios, à população de Mértola e de outras comunidades, aos nossos parceiros e às instituições que nos apoiam, dos percursos que trilhámos até ao presente, dando eco de alguns dos resultados conseguidos e da nossa preocupação em contribuir para um futuro mais positivo dos territórios e das comunidades nos quais temos atividade e cooperação.

Esta celebração é feita com orgulho. Orgulho na modificação, para melhor, de alguns cenários de maiores constrangimentos, na procura de um quotidiano com menos dificuldades e mais soluções de futuro para as comunidades com as quais trabalhamos, com uma visão clara e de respeito pela sustentabilidade dos territórios que queremos ajudar a transformar através dos seus recursos locais. Pelas comunidades e com as pessoas, integrando-as num processo de desenvolvimento económico, social e cultural do qual devem apropriar-se.

Nem tudo foram sucessos. Mas muitos houve. Neste balanço que é feito para dentro também, foi importante recebermos o testemunho, que nestas páginas publicamos, de tantos colaboradores, homens e mulheres que deixaram aqui o seu contributo, amizades que permanecem, um verdadeiro espírito de equipa que faz com que todos ajudem a desbravar novos caminhos, mesmo quando já não estão todos os dias ao nosso lado. Cada um deu passos que abriu caminhos para outros caminharem. Caminho que ainda não acabou, provavelmente nunca acabará. Prova disso são os que, no presente, dão passos constantes, por vezes impercetíveis, mas que vão consolidando o trabalho, descobrindo novos rumos, levando e trazendo novos projetos, concretizando muitas vezes sonhos, seus e de outros, numa fantástica cumplicidade de profissionalismo e humanismo.

Outros textos preenchem, também, as páginas desta edição, escritos por especialistas de diversas áreas, representando igualmente, nas suas palavras que aqui publicamente agradecemos, várias das entidades com as quais temos percorrido o nosso caminho em prol do desenvolvimento integrado de distintos territórios e comunidades.

Uma palavra de destaque é dada aos nossos parceiros da cooperação internacional, pelo que esses projetos representam para a nossa perceção das muitas dificuldades que, por esse mundo fora, ainda subsistem, num nível que em muito suplanta o da nossa mais imediata realidade. O seu reconhecimento dá-nos força e motivação acrescida para persistir no nosso esforço de contribuir para um mundo mais equilibrado e saudável, com melhor gestão dos recursos e dos potenciais que em cada lugar sempre existem, e mais solidário e generoso.

A Direção da ADPM



Caminhando caminhos dentro

Rui Mateus - Investigador, LETRAS ENCANTADAS



Em Agosto de 1988, no resumo biográfico que se incluía na apresentação do “Projeto de Defesa e Salvaguarda do Património Natural de Mértola” à Comissão de Coordenação da Região Alentejo, a ADPM listava como atividades suas, distintas dos trabalhos arqueológicos, históricos e documentais (que, na realidade, eram atividades da «sua» secção de arqueologia, que entretanto dera lugar ao Campo Arqueológico de Mértola /CAM), dois grandes projetos: a revitalização da tecelagem tradicional de Mértola, e este citado projeto de criação de uma área natural protegida no vale do Guadiana. Outros projetos iam abrindo caminhos que depois, progressivamente, se alargariam: uma Iniciativa Local de Emprego (ILE), para 3 agentes de desenvolvimento, o primeiro passo para criar uma equipa técnica profissional nesta associação;

um projeto de fomento do Agro-turismo e Turismo rural, esboço de uma das principais áreas atuais de empreendedorismo; uma 1^{as} jornadas técnicas de apicultura; a edição de «Fauna e Flora de Mértola, uma perspetiva ecológica do concelho» (resultante do primeiro estudo científico relativo a estas temáticas); e um (então famosíssimo) alimentador de abutres e grifos, primeira atividade real e concreta de proteção de espécies localmente em vias de extinção. Longe vinha ainda a (hoje igualmente famosa) introdução do linco na paisagem de Mértola. Se compararmos esta magra descrição com as vastas páginas de projetos realizados nas três décadas seguintes (e que se podem consultar na página internet da ADPM), sem dúvida que o caminho se fez caminhando, numa vasta jornada que nos parece quase impossível conceber quando se





em que os modos de produção tradicionais estão, definitivamente, em fim de vida. A exploração dos recursos locais (o termo 'endógeno' era então linguagem estritamente académica...), que originalmente se destinava apenas ao consumo próprio das populações, começou a orientar-se para os mercados, progressivamente obtendo os quantitativos suficientes, e de forma inovadora, para deles assegurar a preservação das paisagens naturais e culturais que os geram, garantindo a parte relevante: que estes, de forma sustentável, vão chegar às futuras gerações. O pitoresco foi investigado, e construiu-se, para ele, um alicerce de conhecimento científico.

pensa nesse já recuado ano de 1988, e mais ainda quando se coloca a nossa imaginação no dia em que, a 16 de Dezembro de 1980, as letras do seu timbre oficial foram inscritas nos registos cartoriais!

Como avançar então? Dez anos depois da fundação, era claro que «a complexidade e diversidade dos problemas em causa, a enorme área envolvida, os recursos materiais e humanos disponíveis e as prioridades a ter em conta, desaconselham – escrevia-se no citado documento de 1988 - a que se tente “agarrar” tudo de uma só vez. Exige-se, por isso, que se privilegiem certas áreas e se desenvolva trabalho nelas de forma a obter resultados palpáveis a curto prazo, tentando ganhar-se o apoio e a colaboração das populações para este tipo de iniciativas e permitir, assim, vir a alargar progressivamente o trabalho ao resto do Concelho».

Ao longo da sua atividade, e pela acumulação de experiência, quer as direções, quer o corpo técnico da associação, compreenderam que os recursos e produtos locais eram agora «endógenos» e que a sua defesa (enquanto património) e o seu valor (enquanto matérias primas locais, mesmo as imateriais) só podiam resistir a este tempo de transformação se fossem valorizadas com as componentes de inovação, estudo, certificação e processos fluidos de comercialização que a nova era que desponta deles exige.

A explicação sociológica e histórica para estes processos é simples de expressar. Na realidade, nestas décadas do percurso que se descreve, vivemos um tempo (em Portugal, um pouco em fim de ciclo face a outros países europeus, devido ao nosso atraso em chegar à «sociedade de serviços») global



Mas a grande preocupação, no início deste projeto, foi conseguir uma efetiva ligação com a comunidade local, em particular na vila, onde, a partir de 1978, começaram a chegar, da Faculdade de Letras, da Faculdade de Arquitetura, e de outras paragens avulsas, os professores e estudantes que, imbuídos da vontade sincera de dinamizar «o interior» (termo que valia para todo o Portugal distinto do litoral oceânico de Lisboa ao Porto) aqui apareciam aos magotes nos tempos de férias (ou de 'gazeta'...) das aulas. «Os contactos – assim os descreve Cláudio Torres, o mentor deste processo - eram inevitáveis, devido ao projeto inicial de integração no meio, e devido à própria abordagem etno-arqueológica da investigação em que o meio e as pessoas fazem parte integrante da envolvente civilizacional. Ao lado do estudante universitário, começam a trabalhar jovens da vila e arredores, motivados pelo interesse e curiosidade em participar na escavação e, obviamente, no convívio e animação proporcionados por cada campanha. (...) A ADPM e o CAM iam reunindo à sua volta, naturalmente, as forças vivas da comunidade.

(...) As formas de intervenção também se diversificavam. No contato com as atividades de investigação em história local, etno-histórica e arqueológica – em que o levantamento e a acção conservacionista se aliavam ao esforço de revitalização funcional e cultural - entravam agora em liça a arqueologia industrial e a ecologia, a recuperação urbana e a tecelagem tradicional, a hagiografia regional e o turismo cultural. Das centenas de jovens que, de uma forma ou de outra, participavam nesta multiplicidade de acções, alguns iam ficando, ligados direta ou indiretamente a um projeto».

Na 1ª década de atividade da ADPM, a revitalização da tradição do fabrico artesanal de mantas de lã assume um papel de destaque, e é o primeiro grande projeto em que, de facto, se destacou o nome da associação do dos «moços dos cacos» que realizavam trabalhos arqueológicos na alcáçova do castelo da Vila (para lá do facto de que a grande maioria dos seus associados eram, efetivamente, gente local).

A inventariação das sobrevivências culturais de uma atividade que, noutros séculos, era apenas uma atividade doméstica em muitos agregados familiares da região, foi o primeiro passo do seu longo caminho, concretizado em 1982, e que abrangeu todo o território do concelho de Mértola. A recolha sistemática identificou tecedeiras, técnicas de fabrico e tipos de produção, além de ter permitido alguma salvaguarda material, através da recolha de teares que tinham perdido uso por falta de mãos sabedoras, e terminou impressa numa publicação ainda hoje emblemática, «Mantas Tradicionais do Baixo Alentejo», dada ao prelo em 1984.

O passo lógico seguinte era garantir a salvaguarda do saber, e assim se constituiu a Escola-Oficina de Tecelagem (que, posteriormente, se renomeou na atual Cooperativa).



Desde então, até aos nossos dias, cursos de formação e estágios têm passado os saberes das mestras a novas aprendizas, da preparação do fio e uso do instrumental, à terminologia, à arte de criar os ancestrais padrões, garantindo uma tradição que, no entanto, não se cristalizou sobre si mesma, como prova o prémio ganho em 2015, pela colaboração com o Mestrado de Moda do IADE. Muitos fios se teceram desde 1982...

Num relatório de 1988, sobre este projeto de dinamização da tecelagem, escreve-se que os seus objetivos eram: Travar a crescente decadência das atividades artesanais; divulgar a produção através da sua comercialização; a criação de postos de trabalho, essencialmente femininos, enquadrados pela noção de que «a continuação da transmissão de saberes acumulados ao longo de séculos na memória gestual e tecnológica de uma comunidade não pode ser nunca dissociada do esforço pela melhoria das suas condições de vida». O caminho faz-se caminhando, mas parece caminhar em círculos...

A atividade da ADPM foi-se diversificando cada vez mais, preocupada em encontrar abordagens que encontrassem recursos técnicos, materiais e financeiros que resolvessem os problemas da desertificação humana e paisagística, da erosão, da desigualdade de oportunidades e de integração social para um território que sentia com intensidade negativa as predominantes tendências da concentração urbana, da mecanização e automação dos processos agrí-



colas, e da falta de novos investimentos, sequente a essas tendências.

Nessa diversificação (e na sua densidade programática) podemos seguir as linhas condutoras que marca(ra)m a evolução do País, no crescimento gradualmente positivo das políticas sociais, ambientais, de integração de distintas minorias e focos de interesse, de apoio ao empreendedorismo fora dos grandes centros, da procura da excelência em oposição à quantidade e à grande dimensão; e no impacto que as políticas europeias e respetivo financiamento tiveram, em especial no apoio à formação profissional e ao combate ao desemprego, e aos territórios fronteiriços,



de baixa densidade, de qualidade ambiental ou riqueza ecológica de elevado valor potencial, nos seus recursos endógenos ou riqueza histórica e patrimonial. Foi esse o caminho que a ADPM, atenta e cada vez mais qualificada em termos das suas equipas, trilhou. A proteção e valorização do meio ambiente foi sempre a sua matriz, desde os primeiros anos, não só na defesa da constituição do Parque Natural em torno do grande rio do Sul, quer no seu percurso concelhio, quer em concelhos limítrofes, a montante e a jusante das suas fronteiras, como ainda acrescentada de continuados programas de educação ambiental, para jovens e não só, destacando-se, nesse percurso, a criação do CIPAS (Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra) e da Ecoteca Fluvial, ambos em 2003, e da Ecoteca Terrestre em 2006, de entre um total de mais de 50 projetos que esta temática viu concretizados desde a década de 1990.

A esta vertente de defesa do meio ambiente, conjugada com a educação para a sua salvaguarda e conhecimento, podemos adicionar a dimensão do seu uso sustentável, pois foi claro, desde sempre, que o trabalho a fazer contemplava a integração das comunidades nos seus territórios,

sendo, por isso, necessário encontrar formas, em termos económicos, de dele poderem viver. Principalmente a partir do novo milénio, os projetos de valorização dos recursos silvestres e dos produtos diretos que o meio natural podia gerar - a par do estudo dos mercados onde estes poderiam ser colocados - entraram nas prioridades das candidaturas. Produtividade e rentabilidades foram avaliadas em múltiplas dimensões (a propriedade agrícola 'Monte do Vento' foi adquirida com esse objetivo, funcionando como laboratório de experimentação dessas estratégias, permitindo avaliar e fundamentar, em casa própria, as propostas que são depois lançadas como desafio empresarial aos investidores privados). Com a mesma preocupação de acrescentar conhecimento científico à sua ação, a associação promoveu, em 2006, um Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local, em parceria com a Universidade do Algarve e o Instituto Politécnico de Beja. A ritmo lento até 2007, é nesse ano que este segmento dos recursos silvestres se projeta definitivamente, e com expressão regional, através da participação e co-organização da RURALBIO e dos projetos em torno das Plantas Aromáticas e Medicinais (PAM's). Esta área específica viu concre-



tizados, entre 2007 e 2011, vinte e dois projetos, sempre acompanhados de formação técnica (em 2012 já tinham sido ministrados 6 cursos de especialização em PAM's em vários concelhos da região, para lá das candidaturas no quadro do Programa Leader com vista ao financiamento da sua exploração sustentada). O processo foi incentivado pela presença em certames internacionais, um suporte aos empreendedores locais que começavam a multiplicar-se (presenças na BIOFACH, em 2012 nos EUA, e em 2013 na

Alemanha; na FIAL, em Espanha, igualmente em 2012, tal como a presença em Turim, na Itália, em idêntica feira temática), mantendo-se até hoje o empenho nessa promoção: projetos como o VALUEPAM (2016), o QUALIFICA4AGRO (2018) e o atual ALENTEJO JÁ ALLI, persistem na consolidação da imagem de valor e qualidade dos produtos locais. Uma referência igualmente importante na temática dos recursos silvestres, pelo testemunho que dá da diversidade de usos potenciais, cabe ao projeto FIOS (2013) dedicado aos corantes tintureiros naturais, a partir de elementos vegetais e do património florístico local, incentivando a sua exploração comercial, que as novas tendências, a nível internacional, de valorização dos processos ecológicos na produção têxtil animam. Estes projetos deram origem ao Grupo Operacional Tinturaria Natural – Utilização de Corantes Naturais em Fibra Natural (Campaniça), do qual a ADPM é a entidade coordenadora. É nesse enquadramento de valorização em rede dos recursos endógenos que implementa, em 2019, o Centro de Competências da Lã, no mesmo ano em que, num projeto de parceria em rede, institui o Centro de Competências dos Recursos Silvestres.

Uma das fases mais intensas do trabalho da ADPM, enquanto dinamizadora da valorização dos produtos locais, foi a da organização de feiras, festivais, encontros e outros eventos de carácter coletivo, que procuraram funcionar como rampa de lançamento para uma nova visibilidade e expressão de certos recursos, não apenas em si mesmos, mas igualmente nas componentes culturais e de turismo cultural que lhes podem ser associadas. Através dessas manifestações, a identidade coletiva de certas localidades, concelhos e da região foram elevadas alto, com muita visibilidade, e mostraram o caminho a percorrer para que elas possam continuar a ser património, às vezes de forma renovada, mas persistindo nesse percurso de integrarem a riqueza destes territórios nas suas atividades contemporâneas. O primeiro passo foi a realização da Feira do Mel, Queijo e Pão, em parceria com o Município de Mértola, e que,

até aos nossos dias, se tornou um evento de referência regional; depois, entre 2007 e 2016, foi um “fazer e desfazer de barracas”: Feiras do Cogumelo e do Medronho, Encontros da Ovelha Campaniça, Encontros do Grande Rio do Sul, Festa da Vinagrada e da Tomatada, Encontros dos Moirais do Sul, Festival dos Licores e Aguardentes Tradicionais, Festival de Chás e Ervas do Mundo, Feiras COOL (dedicadas à inovação empresarial)...

Como é evidente, o aproveitamento destas oportunidades de negócio não se concretizaria sem os seus gestores. A ADPM, cuja missão é ser facilitadora dessas iniciativas (e não seu agente direto), focou, paralelamente, a sua atenção na formação técnica em conteúdos associados à gestão de Pequenas e Médias Empresas (PME's), dando aos investidores locais ferramentas que reforcem a sua sustentabilidade. Cursos profissionais relacionados com o



empreendedorismo e a competitividade (o 1º realizado em 1994) tiveram um pico de intensidade paralelo ao da dinamização dos produtos locais (14 formações na primeira década do novo milénio), acompanhados de programas

de instalação e investimento material em PME's (13 linhas de ação na mesma década), evoluindo posteriormente para modelos de trabalho em rede e diversificação de matérias primas e de abordagens de valorização (cerca de 10 linhas de ação específicas na última década), de que se podem destacar programas como o citado COOL, e o ALENTEJO CRIATIVO, o ESTIMULAR, o AGROMEG, cruzando a inovação e a criatividade com as tradições, estimulando os empreendedores locais a investir em abordagens que sejam geradoras de maior excelência e melhor posicionamento nos mercados contemporâneos, introduzindo práticas de e-commerce (uma primeira plataforma online foi implementada em 2017), certificação e marketing integrado nos seus procedimentos, mantendo sempre preocupações de sustentabilidades dos recursos. A soma dessas iniciativas e dinâmicas mostram, atualmente, algum sucesso

e, na conjugação com o turismo cultural e de natureza, parecem demonstrar o acerto da estratégia pensada, nos já longínquos anos 80 do século passado, para a sobrevivência e desenvolvimento deste concelho e da região. Mas nas primeiras décadas deste projeto integrado, o turismo que o concelho de Mértola poderia atrair parecia estar, até pela excelência estética da vila histórica que é sua capital, mais vocacionado para o património histórico e monumental, apoiado nos inúmeros núcleos museológicos nascidos do labor arqueológico e áreas de investigação científica complementares. A ADPM focava-se, então, na já referida e desejada criação do Parque Natural, inicialmente concebida numa perspetiva não apenas conservacionista, mas como “espaço” que poderia sustentar novas atividades económicas. Havia um esforço de preservação patrimonial em dimensões etnoculturais (investindo na con-

servação de azenhas e moinhos, e na preservação possível de profissões como a de pescador), mas a dinâmica social era irreversível, e essa vertente esvai-se sem (quase) apelo possível, embora se deva salientar, como seu grande mérito, que esse empenho salvaguardou muitas dessas memórias vivenciais e uma importante parcela do património material a elas ligado, permanecendo como herança cultural das novas e futuras gerações.



O valor da paisagem, e a necessidade de dela cuidar, permanece. É uma exigência, para que a sua fruição possa ser um recurso, não só complementar, mas determinante para o sucesso de tantas iniciativas, desde a exploração dos produtos naturais à infraestruturas de acolhimento de visitantes. Na sequência de uma etapa na qual a Associação concentrou a sua atenção na formação de guias de natureza e na promoção de visitas especializadas ao seu território, em 2011, com o grande projeto de dinamização das «Terras do Pulo do Lobo», pôde finalmente dar corpo à sua visão holista de integrar múltiplas dimensões num processo de desenvolvimento sustentável. Um dos eixos principais deste projeto incidia no fomento de projetos comunitários, que ajudavam as populações locais, em diferentes aglomerados, a suprir algumas das suas carências funcionais, reforçando a sua integração no tecido social

global e a sua qualidade de vida, deste modo ajudando a manter neste território escassamente povoado a sua rede de suporte humanizado, que serve de base a um verdadeiro turismo cultural. Reforçando esta vertente da sua atuação, em 2013 inclui-se nos agentes locais do Projeto Integrado de Mértola, dedicado à recuperação e promoção do património histórico do concelho, sendo a ADPM, inclusive, a editora do Guia Patrimonial de Mértola, «catálogo-urbano» da vila museu. Em 2016, põe de pé outro grande projeto de divulgação, o GUADIANANATURAL.PT, e, em 2018, o TERRAS DO LINCE, culminando uma linha de atuação iniciada em 2009, através de um projeto financiado pelo TURISMO DE PORTUGAL, para Valorização e Qualificação do Habitat do Lince-ibérico nesta região, promovendo a conservação desta espécie e participando na sua reintegração nas paisagens do concelho e limítrofes – e que é, nos nossos dias, um grande atrativo turístico –, exemplo do sucesso que uma abordagem sustentável e eficazes políticas de salvaguarda podem conseguir para um território que parecia condenado a não ter caminhos de futuro.

adaptação às alterações climáticas, de forma inovadora e sustentável. Focado, sobretudo, nas terras dedicadas a montado /dehesa, o projeto LIFE “Montado & Climate: A need to Adapt” pretende enriquecer os sistemas de gestão destes ecossistemas, através da utilização de novas ferramentas e tecnologias, em articulação com comunidades, produtos locais, ecosserviços e biodiversidade.

Claro que, sendo o entorno natural alicerce de tantos projetos, e o recurso fundamental para a sustentabilidade social e económica do tecido comunitário, a sua defesa, em termos estritamente físicos, não podia deixar de seguir a reflexão científica das últimas décadas (muito crítica do nosso modo de viver à escala global, com práticas poluentes e degradadoras do meio ambiente planetário). Tendo participado ativamente, no final dos anos 90, na discussão das linhas de força da Agenda XXI (e não apenas no concelho de Mértola, mas na região do Baixo Alentejo), a ADPM dá cada vez mais atenção às questões relacionadas com a adaptação às alterações climáticas, à reciclagem, às energias alternativas e eficiência energética, ao uso ponderado dos recursos natu-



rais, tendo concretizado, já neste milénio, diversos projetos relacionados com o uso de energia solar, com o estudo da erosão de solos (incentivando uma nova dinâmica no Centro de Vale Formoso, para o qual elaborou projetos de parceria em 2011 e 2013), visando um maior conhecimento científico nestas áreas cruciais, e, consequentemente, uma mais pertinente presença na sustentação e exigência de políticas públicas que salvaguardem o clima do nosso território e do mundo. De certa maneira, nestes novos cuidados retoma, sempre, as suas iniciais preocupações de educação ambiental, tornadas cada vez mais acutilantes na medida em que o modelo consumista dos tempos atuais (incluindo-se nele o frenesim do turismo de lazer...) coloca em risco a nossa sobrevivência, e torna mais necessária a voz contrária e moderadora da sociedade civil e das suas organizações para o contestar.

Numa organização de pendor humanista, que procura encontrar caminhos para

construir um mundo mais justo e equilibrado, concretizar iniciativas especificamente dedicadas aos cidadãos e às suas necessidades – em qualquer faceta que permita melhorar a sua qualidade de vida, conquistar expectativas ou apenas trazer um sorriso que anime os dias – é uma tarefa quotidiana tão



Igualmente em 2016, e numa dimensão de intervenção sul-ibérica, integra uma parceria de 15 instituições que tem por objetivo apoiar onze áreas piloto, em Portugal e Espanha, apoiando os seus agricultores na instituição de mecanismos de

natural como respirar, e a lista de projetos que a ADPM candidatou e executou nesta área carecia de uma descrição que se tornaria cansativa por extensa que é. As tarefas que envolviam contemplavam os idosos, os jovens, a luta contra a toxicod dependência, a mobilidade, os intercâmbios, o acesso às oportunidades de estudo e de trabalho, o apoio às coletividades, a luta contra a pobreza, o apoio aos cidadãos com deficiência, uma lista sem termo ainda. Foram muitos e muitos, de todas as idades, que participaram no INTEGRAR, no CRESCER, no JOVENS PARA A EUROPA, no SOBRE RODAS, no MARGENS, no TUDO A MONTE...

A ADPM assumiu sempre um papel de procurar quebrar o isolamento do território concelhio, de há muito vítima de uma litoralização excessiva do país, e ainda mais desequilibrada quando o rio Guadiana perdeu as funções tradicionais de «estrada para o interior». Trazer para Mértola a representação ou instituição de organismos e competências foi, e é, vital para gerar mais oportunidades e para (pelo menos tentar) equilibrar o acesso às mesmas por parte dos seus residentes. Em 1996, obtém a creditação com entidade formadora INOFOR e acolhe, em nome da União Europeia, o Centro de Informação e Animação Rural



do Baixo Alentejo; no início do milénio, em 2002, abre portas a um Gabinete de Apoio à Iniciativa Local LEADER+, um serviço que se revelou essencial na dinamização do empreendedorismo local e regional. Em três anos consecutivos, novo reforço deste papel, através da aprovação que recebe para funcionar como Centro de Recursos On-Line Transnacional OCTOPUS (2003), em Centro de Recursos em Conhecimento em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004) e como Centro EUROPE DIRECT do Baixo Alentejo (2005), valência que ainda se encontra em funcionamento, tendo como missão informar os cidadãos e as entidades do seu território de intervenção sobre todos os domínios de atividade da União Europeia, sensibilizando-as para o papel das instituições europeias, e funcionando como mediador no que respeita à reflexão, debate e troca de experiências entre os cidadãos, no quadro da União, fomentando a sua coesão.

Mas o concelho de Mértola não é único nas suas dificuldades e constrangimentos. Ecos de outras paragens requeriam, e

exigiam, conjugação de esforços que lhes trouxessem as sinergias necessárias ao ultrapassar das dificuldades que esses outros territórios sentiam, do suporte técnico à valorização das potencialidades de cada um desses lugares, em apoio às suas populações (muitas delas isoladas ou a viver em locais de difícil acesso) e ao seu dia a dia, reforçando a qualidade do seu quotidiano.

Os primeiros projetos internacionais a ser desenvolvidos foram, até devido às preocupações com o meio ambiente que a ADPM tinha como eixo central do seu funcionamento, os de índole transfronteiriça. Entre 1999 e 2002 constituíram-se as primeiras parcerias INTERREG com a Extremadura e, numa etapa posterior, com a Andaluzia, sendo esta, pela sua natureza meridional, inscrita no quadro dos programas MED.

Mas com a experiência acumulada, e a perceção de que os seus problemas locais eram os mesmos noutras paragens, e de



que a aprendizagem que deles retirara podia ser replicada (embora de forma localmente adaptada), levou a ADPM a lançar-se, no início do milénio, na cooperação internacional, até sobre o impulso que as Nações Unidas transmitiam, num apelo a uma maior solidariedade e transferência de saberes entre regiões e países de diferente nível económico e social, visando a contribuição das organizações não governamentais para a correção das desigualdades existentes.

Marrocos marcou esses primeiros passos da Cooperação para o Desenvolvimento. Com um foco na valorização do património cultural e construído, logo aí deu a entender quão valiosa poderia ser esta vertente de trabalho. A prová-lo estão as relações com associações do Norte de África que ainda hoje perduram. Foi, aliás, neste contexto que foi idealizado o Festival Islâmico, que é hoje uma referência no palco de acontecimentos gerados “fora da caixa”.

Moçambique foi o passo seguinte. A partir de 2002, a

ADPM aventurou-se naquela que é hoje uma das ricas histórias do seu papel enquanto ONGD. Metas atingidas duas décadas depois: escolas, uma unidade de socorro, uma enfermaria, um centro social, duas maternidades, um centro de recursos, dezasseis furos de água e nove fontanários, oito associações de produtores agrícolas, várias ações de capacitação e formação. Iniciativas de empoderamento da mulher africana foram realizadas a par de outras iniciativas relacionadas com a igualdade de género, de alargamento do ensino primário universal ou de inclusão da criança. A consolidação do ensino secundário em 12 níveis (e, em zonas mais periféricas, da 4ª para a 7ª classe), com milhares de alunos a atingir hoje esse patamar mais elevado, a par de formação dada a mais de 1700 professores, refletem o empenho colocado na melhoria das condições de ensino locais.

Com o apoio do EuropeAID, incentivaram-se e reforçaram-se redes locais entre entidades da sociedade civil. Visando criar

bases económicas mais autónomas, em 2016 foi iniciado um programa de apoio ao desenvolvimento agrícola, destinado a pequenos produtores. Resolvidas algumas dessas primeiras dificuldades, procura-se agora a consolidação de práticas que gerem um melhor horizonte, com o recém iniciado (em 2019) projeto MONAPO COM FUTURO.

Seguiu-se, em 2008, Santo Antão, em Cabo Verde, uma ilha vulcânica de pendor agrícola, mas a que o clima árido e a irregularidade de anos chuvosos trouxeram dificuldades muito profundas. A captação de água usando energia solar, a construção de sistemas de irrigação (estes, principalmente no Planalto Norte), a melhoria das qualificações da população, o apoio a projetos de jovens agricultores (com o projeto de Casa do Meio), têm sido áreas de trabalho continuado em que a ADPM tem investido nesta ilha, seguindo-se as estratégias para incrementar as produções locais e a sua comercialização, em processos que contemplam modelos de desenvolvimento rural integrado e comunitário, nos quais o reforço do empresariado feminino não ficou esquecido.

Sendo a economia do arquipélago muito dependente das receitas do turismo de massas (baseadas nas ilhas do Sal e Boavista principalmente), a associação fez uma proposta, aos 3 municípios desta ilha e a outras associações locais que nela operam, de montar uma estratégia distinta, centrada num turismo cultural e de natureza de qualidade, e de feição sustentável, ideia por todos abraçada e que deu origem ao projeto RAÍZES, iniciado em 2017, e que agora se conclui, num sucesso (já verificado) que tem motivados desejos da sua aplicabilidade em outras ilhas de enquadramento paisagístico e recursos semelhantes a Santo Antão. Marco de referência para a continuidade, símbolo das raízes que este projeto fez vicejar, é a presente realização dos primeiros Cursos de Doutoramento em Ciências Económico Empresariais e em Turismo que a ADPM promove em conjunto com o Instituto de Ciências Económicas e Empresariais (Mindelo, S. Vicente) e a Universidade do Algarve, iniciativa que pretende reforçar as competências técnicas dos profissionais deste setor, e impulsionar a investigação e a produção de conhecimento de que carece.

Com a mesma vontade de incentivar o desenvolvimento local se deu início, em 2015, à cooperação em São Tomé e Príncipe, com ações de capacitação na área das PAM's e de transformação de produtos endógenos, que são um dos maiores potenciais que estes territórios possuem. A continuidade na colaboração com





Que balanço podemos então fazer, em 2020, de todo este caminho?

As transformações sociais e económicas que o País, no pós-25 de Abril, atravessou, foram quase integralmente vividas pela ADPM, e o seu percurso, dinâmica, áreas de interesse e qualificações dos seus técnicos é, em si mesmo, um espelho da intensa revolução cultural, social, económica e funcional que o País viveu desde então.

As alterações súbitas nas áreas produtivas, a queda brutal da atividade no setor primário (em que a reforma agrária que a região viveu marcou o «fim de um tempo», e não o (re)começo), abriram o caminho (embora muito lentamente percorrido) à nova sociedade de serviços e indústrias de performance tecnológica

em que o País quase integralmente se tornou. O abandono dos campos agrícolas da região (muitos deles degradados por esforços indevidos levados a cabo nas décadas de meio do século XX), e que se iniciara nos anos 60, alargou o «espaço natural» – com todos os recursos e constrangimentos – em que a ADPM passou a operar.

De um início utópico que prometia a eficácia e sustentabilidade dos processos tradicionais, a Associação soube evoluir, mantendo o espírito da sua missão programática de salvaguarda e defesa do património, para uma perceção cultural integrada desses recursos – eles são alicerce, mas nem sempre o objetivo final. A fuga a essa cristalização, o abraçar dos seus potenciais, sem impedir a sua evolução ou uso enquanto recurso, o equilíbrio entre o valor cultural e o económico, e a pedagogia persistente da sua importância na identidade local, ao presente complementadas por uma dedicação acrescida no combate às alterações climáticas, são facetas nucleares da sua metodologia de intervenção e permitiram à ADPM percorrer, enquanto agente de desenvolvimento e de transformação, estas quatro décadas.

as autoridades e associações locais irá prosseguir, na década que se inicia, com o desenvolvimento de uma estratégia de turismo cultural e patrimonial, complementando

a vertente sol e praia que é a sua matriz, contribuindo para uma maior diversidade a par do reforço da identidade local. Estes tempos difíceis que a pandemia trouxe exigiram respostas de urgência, em especial onde as condições de isolamento se agravam (como em Cabo Verde), estando a ADPM a implementar o programa SUPERAR A PANDEMIA, que pretende apoiar a adoção de medidas para enfrentar a COVID-19 em Cabo Verde, colaborando com as empresas e os operadores turísticos das ilhas de Santo Antão, São Vicente e Maio neste momento difícil. Moçambique também beneficiará de uma vertente de suporte, aprovada no mesmo programa, mas com maior foco na saúde pública, COVID 19, PREVENÇÃO É A SOLUÇÃO.

Este conjunto de projetos, de algum modo, constituíram um processo inverso de «benchmarking», em que a experiência e o saber acumulado foram acelerar processos de desenvolvimento sustentável em paragens que dele necessitavam. Embora proporcionando deslocamentos de estágio a Mértola a alguns desses agentes locais, os processos de cooperação têm assentado principalmente nessa transferência unidirecional de experiência e recursos, disponibilizando localmente essas mais valias que as limitações (formativas, financeiras e outras) não permitiriam, nestas etapas iniciais, ultrapassar de outro modo.

À conversa com o Presidente da Direção da ADPM

Jorge Revez

um desbravador de caminhos

Até aqui foram 40 anos a fazer o melhor que sabemos por Mértola. Foram e são já centenas as mulheres e homens que fizeram e fazem o melhor que sabem e podem em prol do desenvolvimento destes territórios. Muitas dezenas cresceram aqui, pessoal e profissionalmente e, nesse sentido, vale apenas realçar o papel da ADPM na formação de um perfil de técnicos, com uma visão e capacitação multidisciplinar, muito ligados ao desenvolvimento local e muito focados no futuro dos territórios

40 anos são já bastantes. Ainda se recorda dos primeiros tempos?

Sim, claro que me recordo dos tempos em que o processo deu os primeiros passos e se foi consolidando. Foi um caminhar constante, de aprendizagem coletiva, de construção social, cultural e territorial, naquela altura inovadora e pioneira, e cujos resultados se vieram, constantemente, a evidenciar. Hoje, Mértola é, em muito, o resultado desses primeiros passos.

A ADPM começou, no concelho de Mértola, por fazer trabalhos de cariz etnográfico (até mais do que ambientais) e, atualmente, até com dimensão internacional, desenvolve abordagens integradas de desenvolvimento sustentável, incluindo uma vertente de animação empresarial para as populações. Como se processou essa evolução?

Diria que a evolução da ADPM, de alguma forma, acompanhou o percurso que o país fez. Constituiu-se como Associação de Defesa do Património porque, nessa altura, por todo o país,

se procurava valorizar o património popular, comunitário, identitário. Tínhamos saído de 50 anos de fascismo em que de “seu”, enquanto sentido de pertença, o indivíduo só tinha os braços de trabalho, não lhe era permitido ter muito mais. A revolução fez explodir a vontade de valorizar todo esse “pequeno” património, muito representado pelo etnográfico, pelo comunitário, pelo local.

Nas décadas seguintes, as preocupações com o ambiente e a conservação da natureza, as áreas de cariz mais social e o desenvolvimento local foram estando na agenda do país, aspetos muito reforçados pela entrada de Portugal na agora União Europeia. A ADPM sempre entendeu a necessidade de que as suas intervenções nestes territórios tinham, e têm de ser, integradas, transversais. De outra forma é quase impossível promover um desenvolvimento sustentável. E, portanto, fomos integrando as várias vertentes que considerámos essenciais para que o trabalho fosse efetivamente eficaz para os territórios e para as comunidades onde intervimos e que, sobretudo, garantisse a sustentabilidade de um processo a longo prazo e, o que é essencial, a apropriação local desse processo.

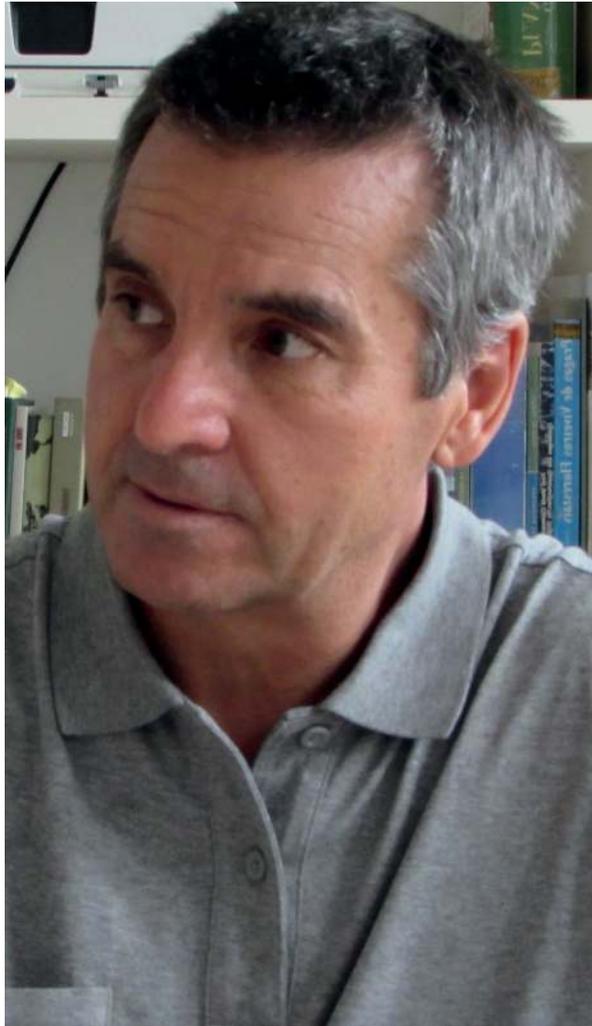
Sendo o Alentejo uma região com pouca população (e, portanto, com pouco peso político nos corredores do Poder Central), acha que tem cabido às associações, através dos seus organismos interassociativos, uma parte significativa da expressão dos interesses da região e dos seus habitantes?

É difícil afirmar isso. A pouca densidade demográfica reflete-se em muitíssimos aspetos, até na densidade relacional. E isso tem implicações a todos os níveis do desenvolvimento local e regional. E sim, estes territórios padecem disso. No entanto, é visível muitas vezes que, na falta de peso político, surgem movimentos cívicos na região, mais ou menos organizados, que assumem a defesa dos inte-

resses da região. A ADPM já o fez em várias ocasiões: a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, a luta contra a eucaliptização no concelho de Mértola e noutros seus vizinhos, ou contra a criação de um eventual Campo de Tiro em S. João dos Caldeireiros.

E na relação com o poder local, as Associações necessitam sempre dessas parcerias? Elas tornam a sua atividade e resultados mais efetivos? Ou o seu trabalho assenta mais diretamente na sociedade civil?

Não é uma questão de precisarem ou não. Tanto precisam as Associações do poder local, como este das associações. Um território, no seu todo, tem tantas mais oportunidades de se desenvolver consoante for capaz de provocar e assegurar essas parcerias com todos, ter a capacidade de perceber e querer fazer isso. Mas isso é um patamar onde é preciso continuar a construir. É no território e no seu progresso que mais se refletem essas parcerias ou a falta delas. Porque é muito diferente saber e conseguir desenvolver o território no seu todo do que parcial ou sectorialmente. A prazo terá consequências.



A instituição do Parque Natural do Vale do Guadiana foi um dos grandes projetos para o território de Mértola pelo qual a ADPM sempre se bateu (os primeiros estudos e documentos são de 1984-88). Anos passados sobre a sua concretização, que balanço faz do seu papel?

O Parque Natural do Vale do Guadiana foi, de facto, criado pela ADPM. Foi das principais atividades por nós desenvolvidas e que demorou dez anos, de 1985 a 1995, a concretizar-se. Foi árduo, complexo, exigente, mas, ao mesmo tempo, aliciante e mobilizador no modo como decorreu. Não tenho dúvidas que é um caso de estudo interessante, como aliás o provam as inúmeras

referências bibliográficas. Penso que foi uma visão estratégica decisiva para o futuro de Mértola e que nos posicionou em termos da conservação da natureza (com tudo o que isso envolve e motiva) ao nível nacional e internacional. São inúmeros os exemplos de fatores de desenvolvimento que Mértola conseguiu atrair precisamente por integrar um Parque Natural. A reintrodução do Lince Ibérico não teria sido possível de outra forma.

O Parque Natural tem contribuído fortemente para a economia de Mértola, mais do que se possa perceber à primeira vista, fruto também do excelente trabalho que tem sido capaz de fazer. É por isso um parceiro estratégico para este território e que é preciso saber integrar, o que às vezes não é fácil ao nível da administração central. O Parque completa precisamente este ano 25 anos da sua criação e 35 de que começou a tomar forma. Deixo por isso aqui o meu reconhecimento a quem na ADPM e nas instituições parceiras, principalmente às Câmaras Municipais de Mértola e Serpa, lhe deu vida, e igualmente a todos os dirigentes e técnicos do Parque

que, ao longo destes anos, têm sabido dar-lhe forma e conteúdo.

A ADPM tem, na atualidade, diversos projetos de desenvolvimento sustentável e comunitário em vários países africanos de expressão portuguesa. A experiência adquirida foi pertinente para a sua implementação, ou foi necessário «começar do zero»?

Os fatores que fragilizam e que, por norma, estão na base do subdesenvolvimento dos territórios têm sempre muitas similitudes, mesmo que as circunstâncias que os provocam sejam distintas, pelo que de igual forma, os caminhos para os eliminar ou mitigar, salvaguardadas as devidas especificidades, têm por base os mesmos princípios e práticas. São exemplo disso a educação, a alfabetização, a formação socioprofissional, a capacitação institucional, a criação de infraestruturas básicas, a organização da sociedade civil, a potenciação dos recursos endógenos, a criação de emprego, a igualdade de oportunidades, a transparência e prestação de contas.



A experiência adquirida pela ADPM ao longo dos seus primeiros 20 anos, em termos de desenvolvimento local integrado, particularmente no concelho de Mértola e no Alentejo, constituíram a referência e a aprendizagem fundamental para se aventurar em trabalhar em países em desenvolvimento como são o caso de Marrocos, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. E até, para evitar erros cometidos ou abreviar etapas. A saúde, o desenvolvimento agrícola, o ensino, a formação profissional, o turismo sustentável, têm sido, entre outras, áreas onde a equipa da ADPM tem vindo a desenvolver trabalho e que, saliente-se, têm tido, na sua generalidade, resultados excelentes. Destaco dois exemplos apenas para ilustrar o impacto que este trabalho pode ter nos territórios onde intervimos. Em Moçambique a nossa ação contribuiu decisivamente para, em oito anos, elevar o nível de escolaridade da 6ª para a 12ª classe no Distrito de Monapo, na província moçambicana de Nampula. Estamos a falar de milhares de jovens. O impacto desse fator em termos de igualdade de oportunidades é enorme, já que até aí

Queremos continuar a ser um parceiro ativo neste concelho, queremos continuar a trabalhar com afinco e respeito pelos seus valores ambientais, culturais e patrimoniais e, a partir deles, também construir emprego e riqueza para as famílias, e atratividade para o território.

apenas uma pequeníssima parte poderia estudar, com tudo o que sabemos que isso significa.

Em Cabo Verde, dando outro exemplo, criámos as condições para a implementação do primeiro Doutoramento em Turismo, o que se reveste de uma relevante importância estratégica, já que aquele país vive sobretudo do turismo. Ora as vantagens (e os riscos) dessa dependência setorial é evidente. Daí a importância de estudos e investigação superior ligados a esse setor, e que sem essa massa crítica não se concretizariam.

Mais 40 anos? Como será «o caminho para caminhar» da ADPM?

Há um ditado que diz “o futuro a Deus pertence”. Eu acrescentaria que, para além desse desígnio, a vontade

dos homens e das mulheres que quiserem e souberem conduzir os destinos da ADPM determinarão o seu futuro. Até aqui foram 40 anos a fazer o melhor que sabemos por Mértola. Foram e são já centenas as mulheres e homens que fizeram e fazem o melhor que sabem e podem em prol do desenvolvimento destes territórios. Muitas dezenas cresceram, pessoal e profissionalmente aqui e, nesse sentido, vale apenas realçar o papel da ADPM na formação de um perfil de técnicos, com uma visão e capacitação multidisciplinar, muito ligados ao desenvolvimento local e muito focados no futuro dos territórios. E essa é uma diferença abismal de atuações por impulso, circunstanciais e com agendas temporais e outras. Efetivamente, o lema que nos norteia é “o caminho faz-se caminhando” e, nesse pressuposto, as circunstâncias várias que circundam as ONG's e, em particular, a ADPM, contribuirão para a orientação futura. O certo é que queremos continuar a ser um parceiro ativo neste concelho, queremos continuar a trabalhar com afinco e respeito pelos seus valores ambientais, culturais e patrimoniais e,

a partir deles, também construir emprego e riqueza para as famílias, e atratividade para o território.

É verdade que gostaríamos de estar mais envolvidos, no tempo presente, em Mértola. Infelizmente, e digo-o com mágoa, não nos é permitido. E é pena porque a capacitação e conhecimento acumulado por 40 anos de atividades, e por um corpo técnico altamente preparado, poderiam dar um contributo muito maior a este concelho. Claro que outros territórios ficam a ganhar com isso. Mas a ADPM é de Mértola e é aqui que queremos dar o nosso maior contributo.

A “roda do tempo” continuará a girar e a ADPM continuará a girar com ela, e, apesar da resiliência que é preciso construir, continuaremos a fazê-lo com a alegria e o entusiasmo com que sempre o fizemos, e a procurar o melhor caminho para estes territórios.



ROSÁRIO OLIVEIRA

Investigadora, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

POR

vales e encostas,
à procura de ser
feliz

Como descreverias a experiência de ter trabalhado na ADPM? E o que foi diferente durante o triénio em que exercestes o cargo de presidente da direção?

Comecei a trabalhar na ADPM em 1991, enquanto terminava o curso de Arquitetura Paisagista na Universidade de Évora. O primeiro projeto que submeti ao Programa Operacional do Alentejo, nesse mesmo ano, tinha como objetivo realizar o Estudo Biofísico do Troço Médio Inferior do Vale do Guadiana, que viria a fundamentar a classificação do Parque Natural do Vale do Guadiana, em 1995. Em 1992, submetemos o primeiro projeto ao Programa europeu LIFE que permitiu adquirir o Monte do Vento e dele fazer uma área experimental e demonstrativa na gestão de recursos como o solo, a água e a biodiversidade, particularmente orientado para as pessoas e para as escolas, onde se compatibilizavam iniciativas de âmbito local e internacional, em colaboração com o WWF/Programa Mediterrânico. Ao mesmo tempo, caracterizava-se a paisagem do concelho para dar forma ao Ecomuseu do Guadiana e a uma rede de percursos temáticos que passariam a estruturar mais do que visitas a lugares de excelência, um programa de ação que valorizava aspetos fundamentais do património natural e cultural local. Muito sucintamente, esta foi a obra que me permitiu aplicar os conhecimentos adqui-

ridos na universidade a um contexto particularmente carente de iniciativas e dinâmicas que estimulassem o desenvolvimento de um território quase esquecido. Este espírito de missão numa equipa que, entretanto, foi crescendo e amadurecendo a sua capacidade colaborativa (em 10 anos passamos de 3 a 44 colaboradores), é o que guardo como a experiência profissional mais intensa e marcante por que já passei. Nunca tive outra ambição que não fosse a de preparar as condições para um projeto que sabia poder ser maior e mais duradouro, a que dariam seguimento os que por ali ficassem e muitos outros que por ali haveriam de passar, de forma mais fugaz ou demorada. Sentia que estava a





deitar semente à terra. Talvez por isso, os anos em que tive o cargo de presidente da direção tenham acrescentado pouca substância à vontade e determinação de criar este potencial germinativo com pessoas *in situ*. A minha memória remete-me mais facilmente para o Nissan Patrol 4x4 que me levava a calcorrear as encostas do Terres e Cobres, os moinhos e pegos do Vascão, a Serra de Alcária ou a Senhora de Aracellis, entre muitos outros cantos e recantos desta paisagem extraordinária, e menos para a enorme mesa que se escondia num recanto escuro da sala da direção. Ainda hoje continuo a celebrar esta década da minha vida com amigas e amigos que nasceram desta força criadora. E é isso que vale a pena.

O olhar vivo que alcança o horizonte já nos diz que amar e trabalhar a paisagem era inevitável no seu percurso de vida. Os tropeços do caminho trouxeram-na a Mértola e, mesmo sem deixar de palmilhar encostas e cabeços, assentou uns anos na Direção da ADPM. O jargão técnico dos recursos endógenos e da sustentabilidade não perturbou a clareza das suas ideias: resistir e lutar ao lado das populações que habitam estes espaços que “contrariam a ilusão da urbanidade” é importante porque isso contribui para que se sintam parte de um coletivo, “e que isso as faça felizes”.

Que importância teve essa experiência na tua carreira, na tua vida?

Ensinou-me que o conhecimento teórico e a ação são dois lados inseparáveis da mesma moeda. Consolidou o meu perfil entre a pessoa que queria ser e a profissional com que sonhava. Hoje, como investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, num grupo que se dedica ao estudo de temas do Ambiente, Território e Sociedade, sou essa mesma dupla, apenas noutra lugar e com mais vinte anos de tarimba. Os valores, a convicção, a vontade de contribuir para um mundo mais saudável, belo e justo são os mesmos que magnetizam a ponta da bússola que me orienta o caminho.



Achas que a ADPM teve um papel positivo no território de Mértola? Porquê?

O território de Mértola tem tanto de fascinante quanto de complexo, características que, aliás, assistem a muitas das áreas de baixa densidade que ocupam uma boa parte do país. Ainda que seja incontestavelmente positivo o papel da ADPM nos seus 40 anos de atuação, tenho para mim que nem sempre é claro quem sai em maior vantagem, se o território, se as pessoas que criam a ilusão de o transformar. No meu caso, e enquanto servi em Mértola, entre os vinte e poucos e os trinta e picos anos, conhecia melhor as dezoito cartas militares do concelho do que a palma da minha mão. Inconscientemente, isso criava-me a sensação de que estava a fazer algo importante e, em muitas situações, arrisco até dizer que poderei ter cuidado melhor do território do que de mim própria. Para dizer que toda esta entrega com que Mértola conquistou muitos de nós tem sempre uma dose de sonho e de utopia, a par de um sentido prático que desafia a realidade. É disso que todos somos feitos e estou em crer que foi dessa combinação de forças, tangíveis e intangíveis, que muitos objetivos foram cumpridos e muitos estarão ainda por cumprir. Por outras palavras, Mértola é dos casos em que o território supera as pessoas que o querem transformar (tal é a sua força), acabando por seguir o seu próprio rumo. Nestes contextos ásperos como o xisto e fluidos como o Guadiana, apenas a persistência consegue consolidar resultados. É neste sentido que felicito a ADPM por 40 anos de trabalho resiliente, que permitiu, a partir de um pequeno livro publicado pelo Campo Arqueológico de Mértola e pela Câmara Municipal de Mértola, em 1985, com o título 'Fauna e Flora de Mértola – uma perspetiva ecológica do concelho' da autoria de António Pena, Luís

Gomes e José Cabral, criar uma história maior e quase encantada, com múltiplos atores e enredos, que incluiu a criação de uma das maiores áreas protegidas do país, onde hoje é possível recuperar uma população de Lince ibérico que se encontrava praticamente extinta, com tudo o que isso implica. É obra. E foi essa obra que ajudou a posicionar Mértola no *mapa mundis*.

Que futuro vês para o futuro sustentável deste território? E que papel poderá a ADPM desempenhar nesse caminho?

Futuro haverá sempre. Mas nunca será totalmente sustentável, o que não admira, pois a ideia de sustentabilidade é de tal forma vaga e complexa que já nem sei muito bem o que quererá dizer. A maior sustentabilidade é respeitar e dignificar os seus recursos naturais e humanos e apostar num percurso permanente de formação e capacitação como base para a construção de projetos em que as pessoas acreditem, não porque irão inverter significativamente a tendência da perda de população ou a revitalização da economia, mas porque isso as possa fazer sentir felizes, de corpo e alma, como parte integrante de um coletivo real, e não virtual, que teima em resistir, contrariando a ilusão da urbanidade. Essa será, a meu ver, uma das maiores riquezas a preservar no século XXI, onde Mértola, a ADPM e os seus parceiros souberam investir ao longo de mais de quatro décadas, querendo eu acreditar que aqui se reúnem condições excecionais para pessoas especiais continuarem a sonhar com um futuro melhor.



Caminhantes de caminhos passados

PAULA SALVADOR



«A minha permanência de quase 6 anos na ADPM foi uma experiência profissional enriquecedora. Destaco alguns projetos de Desenvolvimento Local em que participei: apoio ao empreendedorismo, formação profissional, estudos-diagnóstico, organização de eventos sociais e culturais, elaboração de candidaturas a Programas Nacionais e Europeus e a dinamização do Centro de Informação Europe Diret do Baixo Alentejo.

Para mim, a ADPM foi uma escola para a vida, que me fez crescer. Aprendi a não ter medo de falar, a expressar melhor o que penso, a olhar nos olhos, a valorizar a riqueza das histórias de vida das pessoas e de que o trabalho em equipa e em parceria gera melhores resultados.

Ao longo destes anos, a ADPM tem cumprido com empenho a sua missão de valorização dos recursos locais do território de Mértola, contribuindo para a redução do seu isolamento geográfico, envolvendo as populações nos processos de desenvolvimento local e proporcionando-lhes melhores condições de vida».

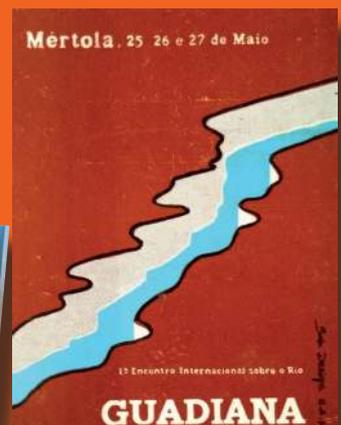
RICARDO SILVA



«A experiência de ter trabalhado na ADPM foi excelente e enriquecedora. A nível humano não poderia ser melhor, guardo por todos uma amizade que estimo sinceramente, e são um excelente exemplo de empenho e trabalho de equipa. A nível profissional, permitiu-me, em pouco tempo, observar e conhecer realidades completamente novas para mim e sinto que, claramente, foi uma experiência muito positiva.

Na minha carreira e vida foi muito importante, permitiu-me conciliar algumas áreas de trabalho, permitiu-me arrumar ideias e projetos pessoais, e permitiu-me chegar ao trabalho que desenvolvo hoje. Foi claramente a responsável por a minha carreira fazer sentido para mim e, se mudasse algo, seria certamente ter encontrado a ADPM mais cedo.

A ADPM teve um papel positivo no território de Mértola. No seu longo historial criou, ou contribuiu para criar, verdadeiros marcos no concelho, contribuiu também para o desenvolvimento de novas atividades e tem sido um forte dinamizador deste território. Exemplos disto são o Parque Natural, o trabalho feito nos recursos nativos, o apoio aos agricultores, a importação de trabalhadores qualificados, a criação de postos de trabalho e a fixação de pessoas no concelho. Igualmente tem sido, desde sempre, um digno representante de Mértola a nível internacional, desde as intervenções sociais e humanitárias até à investigação em assuntos tão importantes para o concelho como as alterações climáticas. Só no tempo em que trabalhei na ADPM, Mértola foi elogiada em três continentes, na Europa, em Inglaterra, Itália ou Grécia, em África, em Moçambique e Cabo Verde, e na Ásia Ocidental, no Líbano».



HÁ CAMINHOS PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL?

Os alertas sobre as alterações climáticas, que podem colocar em risco os seres vivos que habitam o planeta, são constantes. Em territórios já de si propensos a maior aridez, esse cenário pode ser severo a muito curto prazo. Diogo Nascimento e Julio Campos deixam-nos algumas pistas sobre esse e outros temas relevantes para construirmos um futuro mais equilibrado.



As modificações que se sentem no clima, acentuando extremismos, seguramente podem também colocar em causa (para lá de ameaças mais globais) os meios ambientes de dimensão local e regional que geram os recursos endógenos nos quais se sustentam os inovadores modos de vida que – não sendo já tradicionais – representam, de modo renovado, práticas equilibradas de viver desses e com esses contextos naturais. Convidámos dois especialistas para nos enquadrarem alguns aspetos destas temáticas e desafios, tão presentes nos tempos que correm, e o seu eventual impacto no planeamento de estratégias de desenvolvimento sustentável. E perceber se, a seu ver, a filosofia de investigação-ação da ADPM é um processo correto para um território como Mértola.

As alterações climáticas, reais e não apenas mediáticas, surgem claramente como lançamento desta conversa, já que, em territórios como o sul de Espanha e Portugal, elas podem gerar exigências eventualmente incontornáveis.

Diogo Nascimento, Diretor Coordenador da EDIA, não tem sobre essas dificuldades qualquer dúvida: “As alterações climáticas são a principal ameaça que essas regiões meridionais enfrentarão nos próximos anos. A diminuição da pluviosidade média e a subida da temperatura média anual colocam alguns sistemas agrosilvopastoris em risco. Assim, somos confrontados com a necessidade imperiosa de combater esta ameaça e que tipo de intervenções devemos levar a cabo para minimizar este impacto e tornar o território mais resiliente”. Os organismos internacionais, conscientes dessa ameaça, reforçaram essa visão nos ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’ (ODS), um conjunto de 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e abrangem questões de desenvolvimento social e económico, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de géne-

ro, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social. Foram elaborados, no seu detalhe, na sequência da Agenda 2030, e concluindo um processo liderado pela ONU que envolveu os 193 Estados Membros e a sociedade civil global. Os ODS baseiam-se nos princípios acordados na Resolução A/RES/66/288, intitulada “O Futuro que Queremos”, um documento não vinculativo divulgado como resultado da Conferência Rio+20, realizada em 2012.

Julio Campos, director / gerente da ANDANATURA (Sevilha) salienta, a propósito, que neste novo modelo, as empresas terão “um papel essencial como promotoras do desenvolvimento sustentável, e a aprovação dos ODS partiu do pressuposto de que, sem o seu apoio, os esforços dos governos e organizações internacionais seriam insuficientes para cumprir os objetivos da Agenda 2030”. É no cruzamento desses dois objetivos – manter um tecido socio económico a par da preservação do meio ambiente – que a ANDANATURA investe, mantendo o foco principalmente num desafio em concreto, como refere a nossa interlocutora: “acreditamos que é vital apoiar, nos territórios rurais, as microempresas que pratiquem a sustentabilidade com a sua envolvente, e que produzem bens e serviços para os habitantes da zona, além dos externos a ela. Deste modo, e tendo sempre em consideração parâmetros de sustentabilidade e de justiça social, contribuimos para salvaguardar a envolvente e às pessoas que nela vivem e trabalham. Por isso, parece-nos essencial que organizações como a ANDANATURA e a ADPM incluam, entre os seus principais objetivos, melhorar o setor microempresarial rural”. Claro que não se trata apenas de promover a mais valia económica dos produtos locais, em especial dos naturais. “Medidas que contribuam para o uso eficiente da água, nos processos de rega, na regularização de linhas de água, ou na mais vasta preservação dos aquíferos e constituição de reservas estratégicas, bem como todas aquelas que permitam a proteção dos solos, serão decisivas para enfrentar estas alterações climáticas”.



Nesse enquadramento, considera Diogo Nascimento, “esse equilíbrio fundamental só se pode, de facto, conseguir pela valorização dos recursos locais fornecidos



pelo meio ambiente e, em casos como o do concelho de Mértola, em que as alternativas são escassas (e quer a caça, quer o turismo, não poderão representar uma mais valia sem esse mesmo equilíbrio entre o uso lúdico e a gestão sustentável do meio natural) tornam-se o seu principal capital”, sendo mesmo, como afirma “determinantes”. E acrescenta: “Identificar os recursos endógenos do território, valorizá-los e transformá-los em serviços de ecossistemas disponíveis para a sociedade, é o grande contributo que o território de Mértola pode oferecer em termos de meio ambiente. A fauna, flora, galerias ripícolas, aves e mamíferos existentes no concelho de Mértola, aliados a uma gestão cinegética equilibrada que potencia a

existência de variadas espécies, contribuem para o usufruto sustentado do território”. Julio Campos não hesita em dar o seu acordo: “Desenvolver e valorizar os recursos endógenos de um território significa valorizar o próprio território e atrair valor para o mesmo”. Sem deixar de haver um uso que garanta as atividades económicas que lhe garantem o povoamento, “deve encontrar-se um equilíbrio entre a conservação da envolvente natural e o desenvolvimento socioeconómico, já que só desse modo se poderá conseguir um desenvolvimento pleno: ambiental, social e económico”. Esse é o papel que cabe às organizações como as associações locais, ou as agências governamentais, de criar projetos-piloto, de formação técnico-profissional, de propor e fazer aprovar os enquadramentos jurídicos que tornem esses processos verdadeiramente estruturantes. No caso de Mértola, a formalização jurídica do Parque Natural do Vale do Guadiana, criou um alicerce para, em torno dele, se implementarem muitos outros



projetos: “O rio Guadiana, como o grande “ativo” que o concelho dispõe, de uma beleza e valor natural único, permite o desenvolvimento de atividades, de natureza, ar livre e desportivas, posicionando este território como referência ao nível da gestão do património natural existente” – refere Nascimento, e salienta – “a valorização de espécies emblemáticas, com grande valor identitário no território, também contribui para a fruição da paisagem, e com um retorno económico significativo”. A salvaguarda do meio ambiente surge assim não apenas como linha condutora das políticas conservacionistas, no sentido estrito, mas como uma faceta essencial do desenvolvimento sustentável, cá, como em Espanha: “Na ANDANATURA acreditamos com convicção que a salvaguarda do meio ambiente está estreitamente ligada com o desenvolvimento socioeconómico sustentável do território. Por isso insistimos na ideia de que um território que possua riquezas no seu meio ambiente deve saber aproveitar esses recursos de forma respeitosa, tanto na perspetiva ambiental como socialmente”. Mas de que modo podem as necessárias atividades económicas ser concretizadas? Seguramente que existem distintos modelos, e que nem todos serão ideais,

principalmente na preservação sustentável, nem sempre respeitada quando se imaginam lucros e proveitos obtidos de uma forma rápida. Como encontrar então, questionamos a Júlio Campos, o tal equilíbrio? “Os modelos produtivos em que apostamos na ANDANATURA baseiam-se na produção artesanal de produtos de qualidade e sustentáveis na sua relação com a envolvente. Este modo de produção não apenas ajuda à conservação natural, como ainda aporta, aos produtos e serviços do território, um valor acrescentado, posicionando-os no mercado e tornando-os mais competitivos”. Diogo Nascimento, recordando o stress que décadas de exploração intensiva causaram nestes magros solos, já de si submetidos a condições climáticas severas, frisa a necessidade de mudar de modelo de gestão da paisagem: “A Agrofloresta tem um papel determinante neste tipo de territórios! Modelos que valorizem os serviços de ecossistemas, como a regulação

do balanço hídrico, retenção de nutrientes, proteção do solo, sequestro de carbono, polinização e a biodiversidade no geral, e que tenham em conta as limitações que a atuação humana está implicada para a sua obtenção, serão os que mais favoráveis para a sustentabilidade deste território”. E destaca a necessidade de governos e políticas europeias olharem com cuidado para a concretização destes objetivos, pois só o suporte financeiro continuado dos mesmos permitirá medidas corretivas do clima, no sentido positivo, a longo prazo como são desejáveis, permitindo, em paralelo, a manutenção de um suporte económico ao tecido social, como destacou a sua colega neste debate, e que o leva a afirmar: “Tal só será possível se estes mesmos serviços forem remunerados a quem os produz, nomeadamente os proprietários rurais, permitindo que o rendimento obtido por superfície não sofra uma diminuição, mantendo-se condições para a fixação da população e o aumento da renda obtida com a adoção destes modelos”. Julio Campos acrescenta: “Na ANDANATURA acreditamos com convicção que a salvaguarda do meio ambiente está estreitamente ligada com o desenvolvimento socioeconómico sustentável do território. Por isso insistimos na ideia que um território que possua riquezas no seu meio ambiente deve saber aproveitar esses recursos de forma respeitosa, tanto na perspetiva ambiental como socialmente”.

“O rio Guadiana, como o grande “ativo” que o concelho dispõe, de uma beleza e valor natural único, permite o desenvolvimento de atividades de natureza, ar livre e desportivas, posicionando este território como referência ao nível da gestão do património natural existente”

– Diogo Nascimento

Colocámos a ambos uma questão muito direta. O concelho de Mértola, muito por ação da ADPM, foi pioneiro e inovador em muitas estratégias de defesa e valorização das suas componentes biofísicas. Atualmente, nessas componentes, que novos desafios enfrenta uma associação deste tipo para poder continuar a inovar e a cumprir os seus objetivos de salvaguarda ambiental?

Diogo Nascimento entende que “a ADPM tem tido um papel determinante no desenvolvimento dos mais variados projetos que visam contribuir para a utilização múltipla do território, tentando demonstrar as várias possibilidades que existem e que podem ser aproveitadas”. Julio Campos dá-nos, de entre os projetos dinamizados pela ADPM, um exemplo: “é fundamental que um produto local como podem ser as plantas aromáticas e medicinais, façam uso da sua relação com o território como valor acrescentado no mercado, e se identifiquem como Plantas Aromáticas e Medicinais do Parque Natural do Vale do Guadiana. Este processo, que é respeitoso para com o meio ambiente, fornece aos produtos um argumento de venda relevante. Em definitivo, acrescenta-lhes valor”. No desenvolvimento desse projeto, que foi experimentado inicialmente pela ADPM no Monte do

Vento (para avaliar a efetiva viabilidade económica desta aposta) foi possível concretizar o tal equilíbrio que, para esta técnica, deve ser a «pedra de toque» para os territórios como o de Mértola, “permitindo que as pequenas empresas rurais aproveitem os recursos naturais do seu território de modo a que reintroduzam valor ambiental no mesmo, enquanto que estes se traduzem para elas em valor de mercado”.

Para Julio Campos, “o desafio está em encontrar entidades (como o são a ANDANATURA e a ADPM) que saibam colocar este aspeto como prioridade, que trabalhem para inovar em processos produtivos sustentáveis baseados nos recursos endógenos, e que transfiram esses aspetos inovadores a todas as pequenas empresas rurais”. Diogo Nascimento destaca essa componente experimentalista da ADPM, de testar antes de lançar as suas ideias a outros participantes, de fazer projetos de parceria para trocar saberes, e “ao mesmo tempo, todo o trabalho realizado ao nível da formação e de networking, com a preocupação de colocar o conhecimento mais acessível a todos, desde técnicos, como a proprietários e gestores do território, sendo um contributo de enorme valor presente no concelho de Mértola”. Para ele “a ADPM deve continuar a ter um papel primordial na discussão das problemáticas ambientais e da ruralidade, como agente dinamizador e representativo de um território único. Nos próximos tempos, terá o desafio de se adaptar por forma a chegar a um público mais jovem, mais urbano, mais digital, mas que necessita de obter informação fidedigna, de modo a valorizar cada vez mais o mundo rural e os valores que o mesmo agrega. Deve contribuir para conseguirmos, todos, criar uma nova ruralidade, que Portugal tanto precisa!”



“Desenvolver e valorizar os recursos endógenos de um território significa valorizar o próprio território e atrair valor para o mesmo”. Sem deixar de haver um uso que garanta as atividades económicas que lhe garantem o povoamento, “deve encontrar-se um equilíbrio entre a conservação da envolvente natural e o desenvolvimento socioeconómico, já que só desse modo se poderá conseguir um desenvolvimento pleno: ambiental, social e económico”.

— Julio Campos



Caminhantes de caminhos passados

INÊS CLÁUDIO

«Quem passa pela experiência de trabalhar na ADPM percebe que, afinal, existem diversas formas de mudar e melhorar o mundo, e isso é fascinante! Através da inovação no desenvolvimento local, da preservação dos vários recursos, da educação e formação das populações, enfim... existem várias formas para agir. Ali, a multidisciplinaridade da equipa traduz-se na concretização de projetos íntegros que nascem de um “aquário” repleto de mentes criativas diretamente para as comunidades onde a ADPM intervém.

Trabalhar na ADPM foi uma grande oportunidade de aprendizagem e de crescimento que fez com que melhor entendesse o sentido da palavra cooperação, e descobri que quando existe cooperação não existem limites nem impossíveis.

Ao trabalhar na ADPM conquista-se uma linguagem muito característica de quem partilha a mesma convicção de ter, em nós, o poder e as mãos certas para agir, e esta convicção acompanha-nos ao longo da vida. Por outro lado, a ADPM deu-me a oportunidade de aprender a criar, de desenvolver e concretizar diferentes tipos de projetos e de diferentes dimensões, e esta capacitação técnica enriqueceu significativamente a minha carreira e contribuiu, claramente, para aprofundar o meu conhecimento em áreas especializadas.

A ADPM faz parte da história da vila de Mértola. Penso que todos os que passaram por esta associação sentiram isso em vários projetos, onde percebemos o simbolismo de toda a cronologia da ADPM e a sua conexão com a comunidade. Refiro-me à forma como prioriza o desenvolvimento e aposta na procura de novas soluções para valorizar o território e, acima de tudo, a forma cuidada com que a ADPM estimou e estima as suas gentes, cuidados que se refletem, nitidamente, na população do concelho de Mértola».

RODRIGO PASSOS

«A minha passagem de 6 meses na ADPM posso descrevê-la como uma experiência extremamente desafiadora e gratificante. Tive pessoas que acreditaram em mim, que acreditaram na minha visão, e saí com a sensação de ter inculcido dinâmicas, ideias e visões estratégicas novas numa casa já com uma grande história. Essa experiência permitiu-me um contato direto e próximo com uma realidade muito própria, reforçando a minha ideia de que uma visão empresarial e empreendedora é fundamental para dinamizar estes territórios, priorizando atuações que permitam manter as pessoas nesses mesmos territórios, e não só captar investimento ou pessoas para eles. Na medida em que procura, individualmente ou em parceria, contribuir para um desenvolvimento sustentável do território, a ADPM teve, e tem, um papel positivo e determinante no território de Mértola, valorizando sempre, e bem, os recursos endógenos».





Escavando quadrículas na utopia

Dos primeiros passos dados com o entusiasmo do arqueólogo que pressente o tesouro escondido sob os pés, Cláudio Torres calcorreou, com convicção, trilhos que fizeram dele agente do desenvolvimento local, porque “o importante mesmo são as pessoas”.

**O mundo é o nosso património.
...que a gente recebe
e transmite aos que
atrás de nós vierem.
Em Mértola ou nos
confins da África e
da Ásia, a Terra é da
nossa responsabilidade,
de todos nós.**

CLÁUDIO TORRES
Diretor do Campo Arqueológico de Mértola

Como surgiu a ideia de constituir a ADPM?

A criação de uma associação para a defesa do património fez parte do projecto inicial que me trouxe a Mértola. O Campo Arqueológico era, naturalmente, o invólucro da nossa equipa e o objectivo primeiro da nossa acção. Porém, esta acção não podia ser desligada de um objectivo político de desenvolvimento local que, desde o início, cimentou e motivou todo o projeto. A ADPM foi a forma de tentar englobar toda a população da vila e do concelho neste projecto de desenvolvimento, mobilizando sectores da identidade local que estavam abandonados e promovendo continuamente acções de formação de jovens em temas de interesse local.

Acha que a ADPM teve um papel positivo no território de Mértola? Porquê?

O Património Cultural, pelo seu prestígio e valor, e consequente capacidade de produzir riqueza, foi sempre levado de todo o território e concentrado, seja em grandes museus nacionais, seja em museus distritais. Ora, o esforço de valorizar localmente todo o património existente é uma forma, por vezes a única, de valorizar o próprio local, estancando o êxodo populacional para os grandes centros urbanos e mesmo invertendo-o. De certa forma, a evolução dos últimos anos mostra que este processo já foi iniciado em Mértola e será certamente continuado nos próximos anos.

A ADPM tem no nome «defender o património». No concelho de Mértola, qual foi o principal património que, nestes 40 anos, ela defendeu?

Há toda uma série de trabalhos da ADPM relacionados com a preservação de uma agricultura limpa e com a luta contra a exploração intensiva da terra que são extremamente importantes, mas de que não posso falar porque não os tenho seguido de perto. Só posso citar o património que conheço mais directamente e em que a ADPM foi cúmplice. Ele é constituído por uma dezena de museus: por exemplo, o Museu Paleocristão alberga os alicerces de

uma grande basílica do séc. VI, contendo a melhor colecção de lápides funerárias desse período existente em Portugal; é em Mértola que se pode visitar o mais importante museu da cultura islâmica, onde se encontra o espólio escavado em trabalhos arqueológicos; o Museu de Arte Sacra mostra a recolha de imaginária religiosa feita nos primeiros anos da nossa estadia em Mértola, quando o CAM e a ADPM eram um só organismo; no subsolo do edifício da Câmara Municipal, na “vila velha”, podem ver-se as fundações de um edifício da época romana onde se reuniram os artefactos desse tempo; foi também musealizado o castelo, que assim recuperou o seu papel de centro simbólico da vila. No concelho, foram musealizadas e abertas ao público várias capelas. Também parte do sector artesanal foi recuperado enquanto património: é o caso da oficina de tecelagem, que continua a produzir as mantas de lã características do Alentejo. Após intervenções de várias ordens, antigas habitações arruinadas foram recuperadas. Uma boa parte destes trabalhos contou com o apoio e colaboração da ADPM.

logo no primeiro ano, além das escavações arqueológicas no castelo, organizámos uma exposição na antiga igreja da Misericórdia, que se encontrava abandonada. O objectivo era chamar a atenção de toda a população para o património. Pedimos a toda a gente que depositasse na Misericórdia todos os trastes velhos que tinha em casa e dos quais se queria libertar. Foi uma exposição muito interessante que serviu para familiarizar as pessoas com o conceito de património e com as formas de o proteger e valorizar.

Desde 1980, o mundo mudou muito. Ainda fazem falta associações como a ADPM? Que papel pode ela desempenhar nas próximas décadas?

O património, quer o natural quer o construído, está cada vez mais ameaçado. Por isso, torna-se cada vez mais importante que haja associações onde as pessoas se unam para demonstrar a importância de tudo aquilo que permite a vida, e se possível, uma vida feliz. Porque o mundo é o nosso património. O ar puro, a terra, a água, toda a natureza, todos



A ADPM tem sido uma escola de formação de técnicos de desenvolvimento local sustentável, até já com expressão internacional em vários países lusófonos, além dos muitos que no Alentejo – e não só! - andam por aí espalhados... Alguma vez pensou, no início, que essa projecção para fora do concelho onde a associação nasceu poderia acontecer?

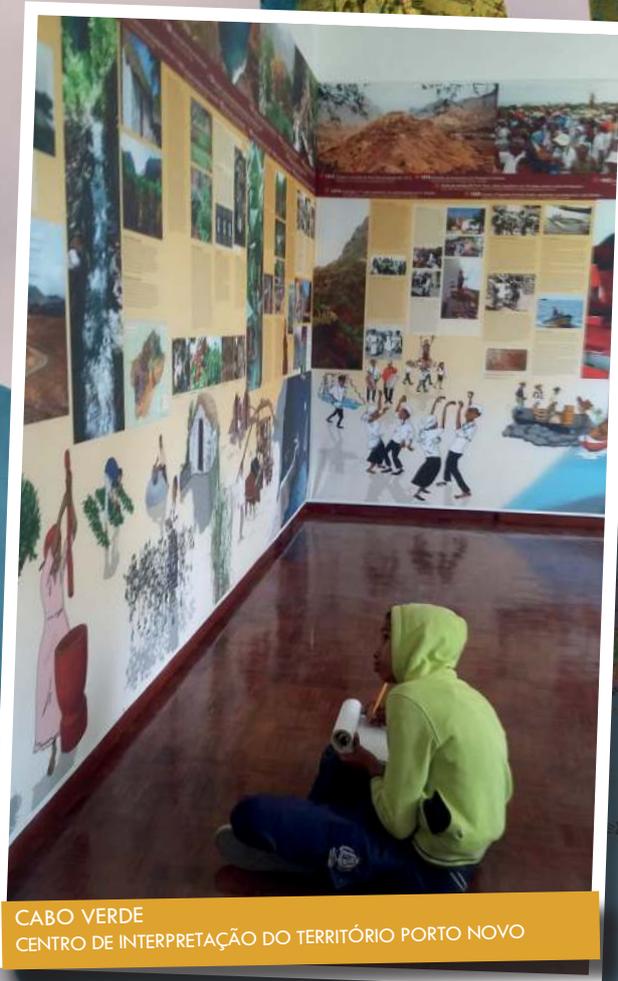
Não, não pensei, tal como não pensei que o nome de Mértola se tornaria tão conhecido, nem que o concelho passasse a ser visitado anualmente por tantos milhares de pessoas. Mas

os artefactos que a humanidade criou, os modos de cuidar e de semear e de trabalhar – tudo, no fim de contas, é o património que a gente recebe e transmite aos que atrás de nós vierem. Em Mértola ou nos confins da África e da Ásia, a Terra é da nossa responsabilidade, de todos nós.

i Cooperação Internacional

uma solidariedade sem fronteiras
uma sustentabilidade global
no caminho da justiça social,
da igualdade e da paz

Há cerca de duas décadas, consciente já da importância da dinamização e formação técnica e científica das comunidades locais para o desenvolvimento sustentável dos territórios, e motivada pelos debates sobre esse tema que haviam de desembocar nos Objetivos do Milénio e nos atuais ODS, a ADPM concretizou o seu estatuto de ONGD e lançou-se, não «pelos caminhos caminhando», mas mares adentro, em direção a África, ao encontro de alguns países de língua oficial portuguesa, estreitando laços com essas paragens e as suas gentes. Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique foram solo de primeiras experiências tímidas e, depois, de projetos de maior fôlego, onde o saber adquirido, em Mértola e noutras paragens igualmente difíceis e exigentes, nas áreas sociais, de formação e educação, de reabilitação da paisagem, de promoção do património natural e cultural e do aproveitamento económico e empresarial dos recursos endógenos, foi relevante para a dinamização e progresso desses territórios antes distantes e hoje tão próximos. A pretexto desta publicação, pedimos a alguns dos responsáveis políticos e técnicos locais com quem temos colaborado que nos dessem o seu testemunho sobre essa parceria com a ADPM, e a sua visão acerca das metas atingidas pelas muitas ações e projetos concretizados nestes anos. Aqui fica a sua visão.



CABO VERDE
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO TERRITÓRIO PORTO NOVO



LIA MEDINA

CABO VERDE

«A ADPM foi fundamental para desenvolver e formar pessoas nas mais variadas áreas, e para rentabilização de inúmeros pequenos negócios relacionados com a prática do turismo em Santo Antão. Mais concretamente, através da formação para guias de turismo, sinalização de trilhas, atendimento em hotelaria e restauração, etc. Basicamente, as ações desenvolvidas pela ADPM permitiram que atividades conexas ao turismo pudessem ser desenvolvidas pelas populações locais como fonte de rendimento alternativo, beneficiando assim do turismo de aventura e turismo rural, amplamente praticados na ilha. Destaco por isso o Projeto Raízes em geral e, mais particularmente, o desenvolvimento do Doutoramento em Turismo, em parceria com a Universidade do Algarve, iniciativa que veio permitir impulsionar o pensamento crítico especializado na área do turismo».

Diretora dos Serviços Académicos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (Mindelo, S. Vicente)



AMÉRICO LOPES

CABO VERDE

«Pessoalmente, conheço o trabalho que a ADPM tem desenvolvido na ilha de Santo Antão, ao longo destes anos, e mais concretamente ao nível do Projeto Raízes, e penso que neste momento é consensual, a opinião tanto das entidades públicas, privadas, como da sociedade civil e das próprias comunidades da ilha, que os resultados têm sido extremamente positivos, com impactos visíveis na vida das pessoas, que deverá ser sempre o propósito principal da atividade turística, quando vista numa perspetiva de sustentabilidade. Contudo, gostaria de destacar dois aspetos que foram trazidos e outros aperfeiçoados ao longo do desenvolvimento do Projeto Raízes, começando pela forma como o mesmo foi construído, buscando a horizontalidade e transversalidade de opiniões e centrado no principal agente de transformação das comunidades, que são as pessoas e os seus recursos endógenos (Cultura, Natureza e a identidade territorial), valorizando-as e fazendo-as sentir parte desta mudança que está a ocorrer nesta ilha. Ou seja, uma nova forma de pensar o turismo, de o organizar e executar. Por outro lado, a metodologia de construção deste projeto permitiu identificar um conjunto de necessidades que, resolvidas, levariam a ilha para um patamar diferente das restantes, e que se materializaram através de um conjunto de ações muito bem estruturadas. Penso que o Projeto Raízes, implementado pela ADPM e por todos os parceiros que reuniu em Cabo Verde, tem sido uma revolução silenciosa e inspiradora e que, como boa prática, deverá ser disseminada para todas as ilhas do arquipélago, sobretudo ao nível de como pensar o turismo. Um bem-haja à ADPM e a todos os seus parceiros de Cabo Verde.»

Docente / Coordenador da Licenciatura em Gestão e Planeamento em Turismo
ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (Mindelo, S. Vicente)



MAISA PINTO

CABO VERDE

Que papel teve a ADPM, na sua opinião, no território de Porto Novo, em termos de desenvolvimento económico e de transformação cultural, social e económica?

A ADPM começou a sua parceria com o nosso Município em 2005, mais concretamente na criação de alternativas de estudos e de lazer para crianças e jovens, com a abertura do Centro de Atividades de Tempos Livres do Armazém, criando assim o primeiro espaço de acesso às novas tecnologias de informação, estudos e convívio fora do ambiente escolar, no centro da Cidade do Porto Novo que, infelizmente, até hoje, não dispõe de uma biblioteca municipal. Esta iniciativa teve um impacto muito positivo e, rapidamente, foi multiplicada pelas diversas zonas do interior do Concelho, contribuindo assim para a igualdade de oportunidades de acesso às novas tecnologias e, também, na criação de emprego jovem.

Fruto das boas relações com o nosso Município, surgiram, a partir de então, um conjunto de projetos em outros domínios e que têm tido um impacto enorme na transformação económica e social no nosso Município. Aqui fazemos uma breve referência ao Projeto Raízes, em fase de conclusão, que contribuiu, de forma inequívoca, para o planeamento e promoção do Turismo a nível de toda a ilha, projetando os nossos destinos a nível nacional e internacional, e que acreditamos ser um projeto de referência a nível do continente Africano. Este projeto consolidou as bases para o desenvolvimento sustentável do turismo e deixou-nos o desafio de continuar a trabalhar num dos sectores chave para o desenvolvimento do Município e da Ilha de uma forma geral.

Gostaria de me referir também ao projeto dos Jovens agricultores de Casa de Meio, que tem como principal objetivo fixar jovens casais naquela localidade, através da criação do autoemprego. O nosso Município tem perdido nos últimos anos bastante população jovem que procuram alternativa de vida nas ilhas do Sal e da Boavista, e a implementação deste projeto tem contribuído para estancar a saída dos jovens desta localidade, mas também possibilitando o regresso de outros, que por causa da pandemia da Covid 19, ficaram sem os seus empregos. Um outro aspeto importante deste projeto é a criação de emprego para as mulheres através da transformação de produtos, que também contribuirá para a comercialização da produção agrícola nas outras ilhas, ultrapassando assim, em parte, o embargo colocado aos nossos produtos por causa da praga do “mil-pés” (*illacme plenipes*).

Finalmente, uma referência ao projeto de eletrificação com energia solar de seis comunidades do Planalto Norte, investimento que contribuiu não só para a fixação das famílias, mas também para permitir o acesso à informação e a melhorar a sua qualidade de vida.

Em suma, consideramos que o trabalho desenvolvido pela ADPM tem contribuído para termos um município alinhado e comprometido com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente, entre outros, no que se refere à redução da pobreza, ao acesso sustentável, moderno e a um preço acessível, à energia, e à redução das desigualdades, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas.

Pode citar um projeto específico que julgue ter sido mais relevante e porquê?

Aqui destacamos o “Projeto no Cré Água”, projeto montado e coordenado pela ADPM em parceria com o Governo de Cabo Verde e com o Município do Porto Novo, e que levará água a cerca de seiscentas famílias de oito comunidades do Planalto Norte.

O acesso à água está intimamente ligado à redução da pobreza, ao crescimento económico, à saúde, à segurança alimentar e nutricional, e contribui, neste caso em concreto, para travar o êxodo das famílias que, nas suas localidades, desenvolvem atividades ligadas à pecuária e que, fixando residência na Cidade, ficarão desprovidas de qualquer tipo de rendimento, aumentando assim o desemprego e outras questões sociais.

Vereadora do Pelouro de Administração Geral e Gestão dos Recursos Humanos e do Património Municipal, Fiscalização, Habitação e Pequena Infância da Câmara Municipal de Porto Novo (Santo Antão)



ANIBAL FONSECA

CABO VERDE

A Associação de Defesa do Património de Mértola, ADPM, iniciou as suas ações de cooperação em Porto Novo nos meados da primeira década de 2000, começando com projetos educativos e, no decorrer do tempo, foi alargando o seu contributo a outras áreas do desenvolvimento local. Sendo uma ONG estrangeira, tem sido das que mais cooperam com o nosso município. Neste aspeto, tem um papel relevante no processo de desenvolvimento, não só na formação de jovens, mas também na mobilização de recursos financeiros junto de parceiros internacionais, nomeadamente da União Europeia, para financiamento de projetos de desenvolvimento económico e social em Porto Novo.

Com vários projetos executados e outros em execução, em vários domínios, a ADPM tem contribuído de forma positiva, direta e indiretamente, para a mudança de mentalidades dos beneficiários e envolvidos nas ações que desenvolve no Município de Porto Novo. Hoje, é uma das maiores parceiras da Câmara Municipal, com um nível de cooperação de excelência.

No domínio histórico-cultural, a contribuição da Associação tem sido marcante, principalmente no conhecimento do território municipal, através das rotas de caminhos vicinais e da sua interpretação. O turismo, paralelamente a outras áreas, tem tido ganhos significativos. As diferentes formações desenvolvidas neste segmento têm potencializado novos conhecimentos e maior dinamismo nos operadores.

A agricultura e o abastecimento de água de rega são outras áreas em que a cooperação tem dado os seus frutos, com projetos concretos, beneficiando dezenas de famílias, contribuindo para a autoestima e empoderamento dos beneficiários. Neste aspeto, destacamos a elaboração e cofinanciamento do projeto «Jovens Agricultores de Casa do Meio», de elevado valor, que beneficia cerca de 30 jovens agricultores, contribuindo para o seu empoderamento e melhoria das suas condições de vida. É um projeto inovador neste domínio, envolvendo várias componentes, desde formação, sistemas de rega através de recursos renováveis e outras técnicas modernas de prática da agricultura. A ADPM, como ideóloga do projeto, em parceria com a Câmara Municipal de Porto Novo e o Governo de Cabo Verde, conseguiu, através de outros parceiros, mobilizar recursos para a efetivação do almejado projeto.

Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo (Santo Antão)



CABO VERDE
CENTRO DE TRANSFORMAÇÃO AGROALIMENTAR JOSÉ LIMA



CABO VERDE
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



CABO VERDE
INSTALAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES EM CASA DO MEIO



CABO VERDE
CENTRO DE RECURSOS RIBÃO DAS PATAS



PAULO FISCAL

MOÇAMBIQUE

“Foram tantos os projetos que ajudaram a melhorar a vida das populações, vou só falar de duas áreas em que as melhorias foram da maior importância para a população. A assistência às mulheres no parto, antes tinham que sair daqui, para ir à cidade, para ter assistência, nalguns casos as senhoras morriam porque não tinham ambulância para socorrer. Com os novos equipamentos que a ADPM ajudou a montar em Monapo, as duas maternidades, essa situação ficou muito melhor. Outro aspeto foi a água para beber. Antes, abasteciam de água sem condições para a saúde, havia muitas doenças por isso. Ou quando, principalmente na época das chuvas, iam ao rio buscar água e defrontavam com crocodilos. Agora, com os 16 furos que se abriram, e os 9 fontanários com torneiras, e a central de tratamento de água potável, todo esse aspeto da vida diária teve uma grande transformação positiva.”

Responsável Local da ADPM em Monapo



CONSTRUÇÃO DE MATERNIDADE



TRATAMENTO DE ÁGUA



CONSTRUÇÃO DO DEPÓSITO DE ÁGUA



VACINAÇÃO INFANTIL



FORMAÇÃO DE PROFESSORES



FORMAÇÃO EM ENRIQUECIMENTO ALIMENTAR PARA CRIANÇAS



ORLANDO MUAIEVANO

MOÇAMBIQUE

«Os projetos implantados pela ADPM em Monapo tiveram um impacto positivo no âmbito socioeconómico e cultural, pois com os projetos foi possível notar um desenvolvimento sustentável do Município de Monapo no que concerne à educação de crianças, jovens e adultos.

Volvidos 45 anos da independência, as populações também já beneficiam de consumo de água potável através de construção de fontanários e de um depósito de água que abastece a população da vila. Com esse fornecimento de água reduziram-se significativamente as doenças diarreicas, cólera e bilharziose.

Destacamos também a construção de infraestrutura sociais tais como: escolas, hospitais, centro de recursos e escolinhas.

O projeto que muito me marcou é de ajuda aos camponeses para o combate à fome e pobreza. Ainda formação das mães em matéria de comida enriquecida para o combate à desnutrição crónica das crianças.

A formação de associações, em matéria de associativismo, foi um marco histórico para os jovens porque tiveram uma noção de empreendedorismo e acesso à educação.»

Associação Local Wakihana (Monapo)



VASCO RIBEIRO

MOÇAMBIQUE

«Visitei as atividades da ADPM no Monapo pela primeira vez em 2015. Desde então tenho tido oportunidade de testemunhar com alguma regularidade as intervenções neste distrito da província de Nampula. Desde logo importa realçar que, contactando com a população, facilmente se percebe que o desenvolvimento do Monapo está fortemente alicerçado na presença da ADPM.

O percurso da ADPM no Monapo acompanha claramente a melhoria da qualidade de vida da população. A evolução sentida, nos últimos anos, em setores fundamentais como saúde, educação, saneamento e agricultura é associada, pelas gentes da terra, à ADPM. Crendo-se, obviamente, que este será um dos critérios que melhor valida o impacto dos projetos implementados ao longo dos anos. A estratégia usada tem-se revelado extremamente eficiente e impactante, a participação ativa da população, de forma generalizada, contextualiza e valida a pertinência das intervenções, a confiança e responsabilidade depositada nos parceiros locais torna visível a boa articulação existente, a partir da convergência de ideias, já que as ações são planeadas e implementadas de forma conjunta.

A postura humanista, a humildade e o profissionalismo serão as características a destacar de uma associação que vai deixando a sua marca no desenvolvimento sustentável das comunidades onde intervém. Parabéns e obrigado.»

Técnico residente da Cooperação Portuguesa (Ilha de Moçambique)



CENTRO DE RECURSOS



AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

TESTEMUNHO DE UM COMPANHEIRO DE CAMINHADA



Pedro Melo Franco

Engenheiro Agrónomico

«Por Portugal, duros se traçam os caminhos do Desenvolvimento Local, quando a irracionalidade dos sistemas vigentes, sob a égide das condicionantes eleitoralistas, empurra o interior para o desinvestimento e desertificação, a ADPM com um resiliente dinamismo enfrenta o esquecimento dos territórios marginalizados impulsionada por uma energia impressionante.

A ADPM desde cedo descobriu que este “esquecimento” dos territórios era um mecanismo bipolar, pois do mesmo modo que se abandonam as tradições, os saberes e os sabores, estes, por outro lado ganham valor pela sua escassez, raridade e autenticidade.

Assim a ADPM vai transformando pequenos fragmentos de património rural de um Alentejo marginalizado em produtos de valor acrescentado com significativos impactos socioeconómicos na região.

Tive a oportunidade de iniciar a minha colaboração com a ADPM em 2009, ligado aos recursos naturais da região (medronho, mel, ervas aromáticas, cogumelos silvestres, entre outros).

Para além de toda a dinâmica económica incutida no território e da capacidade de colocar os melhores investigadores do País a olhar para os problemas da região, o que mais me impressionou foi a capacidade de trabalhar com as pessoas locais:

A alegria das boas gentes da Amendoeira da Serra no Festival das Ervas Aromáticas, o orgulho do povo de S. Barnabé no acolhimento da Festa do Medronho e Cogumelo ou a felicidade das pessoas de S. Pedro de Solis durante o Encontro de Moirais do Sul são alguns exemplos que mais me marcaram em toda esta dinâmica desenvolvimento rural.

E talvez seja este o segredo... É que a ADPM, para além de todos os números e todos os galardões, é uma associação que trabalha com pessoas para pessoas. Esta participação das gentes locais, e toda a envolvimento criada com a população dá, a todos que colaboram com a ADPM, um sentimento de reconhecimento que fica fortemente vincado na memória.

Acredito que seja este o combustível que faz com que a ADPM continue a trabalhar durante tantos anos, tão incansavelmente e com todo este dinamismo inesgotável, enfrentando as crescentes dificuldades que se vão colocando ao interior.»

A ADPM desde cedo descobriu que este “esquecimento” dos territórios era um mecanismo bipolar, pois do mesmo modo que se abandonam as tradições, os saberes e os sabores, estes, por outro lado, ganham valor pela sua escassez, raridade e autenticidade.



Caminhantes de caminhos passados



CLÁUDIA CHORA

«A minha experiência na ADPM teve início em abril de 2007, no âmbito da realização do estágio profissional na área de Sociologia, e finalizou a 30 de junho de 2008. A integração no Gabinete de Desenvolvimento Local/Social permitiu-me colocar em prática conhecimentos adquiridos em contexto académico, assim como o desenvolvimento de novas aprendizagens e dinâmicas.

De entre as várias atividades desenvolvidas, destaco: execução de projetos de investigação e desenvolvimento local; elaboração de candidaturas a fundos comunitários; execução de projetos nas áreas dos grupos sociais mais vulneráveis à pobreza e exclusão social; passagem pelo Centro de Recursos em Conhecimento; participação na organização de eventos, por exemplo, no Festival Islâmico, na Feira do Vale do Poço, na Feira Tradicional do Vale de Açor e na inauguração do Núcleo de Produtos Tradicionais do projeto “Terras do Pulo do Lobo”; fui membro da equipa de investigação do estudo “Avaliação dos Impactos ambientais e socioeconómicos do abandono das terras agrícolas nos concelhos interiores do Baixo Alentejo” e membro da equipa técnica da “Agenda 21 Local de Almodôvar.

O meu percurso profissional e pessoal foi, sem dúvida, marcado pelas características que encontrei na ADPM e no seu dinamismo: rigor, profissionalismo, a experiência, capacidade de adaptação a novas realidades e/ou adversidades, o espírito de equipa, a valorização do património cultural, histórico e social.

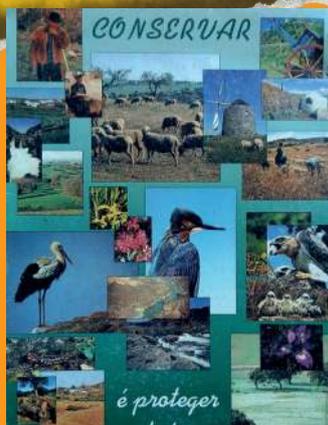
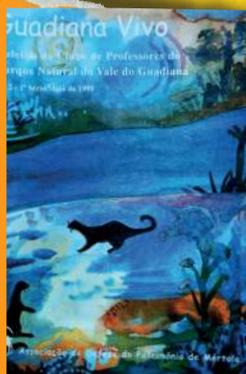
Para além de ter um papel importante no território de Mértola, também o tem em territórios envolventes/transfronteiriços. A sua intervenção assenta na conservação, dinamização e valorização dos recursos locais, perspetivando a melhoria da qualidade de vida da população».



JOANA MARTINS FILIPE

«Trabalhar na ADPM foi uma experiência muito interessante, pois tive a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos que adquiri através da minha formação, tendo a possibilidade de experimentar várias áreas específicas como a investigação, a formação profissional, o trabalho de desenvolvimento local junto da comunidade, entre outras... Com certeza, uma experiência multifuncional muito valorizadora, que me enriqueceu muito, tanto a nível profissional como pessoal. Durante os 5 anos que colaborei com esta Associação, adquiri novos conhecimentos e ferramentas que foram e são importantes na minha vida profissional atual.

Penso que a ADPM, ao desenvolver vários projetos e atividades em diversas áreas de intervenção, tem um papel positivo no território de Mértola, onde muitos deles responderam a várias necessidades. Mas esta associação tem também o seu mérito por trabalhar com outros territórios próximos, bem como a cooperação que desenvolve com outros mais longínquos».



Caminhantes de caminhos passados



JOÃO PAULO PALMA

«A minha entrada na ADPM deu-se após uma experiência como formador da FDTI e do IPJ. Tendo em conta a minha idade na altura, procurava agarrar uma oportunidade que me permitisse crescer pessoal e profissionalmente. A ADPM deu-me essa oportunidade, permitindo-me criar raízes para o meu futuro. Foi a minha “escola profissional”.

Senti que seria o local certo para aprender, crescer e desenvolver os meus conhecimentos, com pessoas que me inspiravam e que me dariam a possibilidade de ter uma visão diferente do que me rodeava. Esse meu sentimento veio a concretizar-se, e embora tivesse abraçado, posteriormente, outra carreira, mais técnica, no Município de Mértola, esse período na ADPM ajudou-me, bastante, a criar os alicerces para o meu futuro.

A ADPM foi, é e continuará a ser uma referência, não apenas do bem trabalhar e fazer, a nível local, nacional e internacional, como também no crescimento de homens e mulheres, nas suas relações, na melhoria e desenvolvimento dos seus técnicos, na originalidade dos projetos e dinâmicas apresentadas, bem como nas sinergias entre povos e sociedades com realidades distintas. A motivação e espírito de equipa que possuíamos permitia-nos desenvolver as nossas tarefas e projetos, com gosto e carinho, ultrapassando todos os entraves, com mais ou menos dificuldades. É como muito orgulho e saudade que fiz parte da equipa da ADPM. A ADPM era uma família, tantos eram os momentos... Para mim, não foi apenas uma experiência profissional, existem valores e princípios que nos guiam para o futuro, tornando esta experiência na ADPM uma experiência de vida.

Para um concelho como o de Mértola, a dimensão do trabalho levado a cabo pela ADPM, ou qualquer outra entidade, é, e será sempre, bastante importante e relevante para o seu desenvolvimento.

Num concelho onde impera uma cada vez maior desertificação, quer económica como demográfica, que regista imensas dificuldades a todos os níveis, considero revoltante e ridículo o afastamento entre entidades locais, que se deveriam unir em prol de um desenvolvimento comum, em vez de se agarrarem a ideologias políticas, o que apenas prejudica o objetivo de todos.

A capacidade e qualidade de trabalho demonstrada pelas diferentes equipas que a ADPM tem possuído ao longo dos anos, demonstra o quão pequenino é o concelho de Mértola para o potencial da ADPM. Resultante dessa visão, é o trabalho desenvolvido além-fronteiras, destacando Cabo Verde e Moçambique, bem como as relações institucionais com diferentes países da Europa e África.

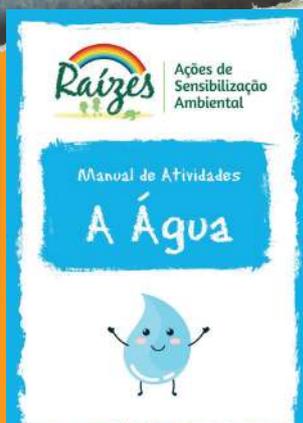
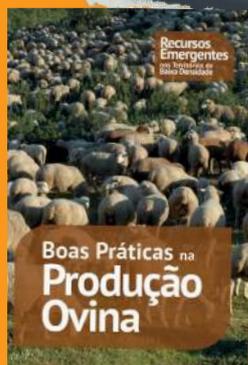
Como se costuma dizer, “só não vê e reconhece quem não quer ou quem não tem capacidade para tal”.

Haja num país como Portugal mais ADPM's...».



MANUEL GARCIA

«A mensagem que quero aqui deixar, enquanto antigo colaborador da ADPM, é sobretudo de agradecimento pela experiência de trabalho e pelas relações profissionais e pessoais que me proporcionaram, e que contribuíram positivamente para a minha formação profissional e pessoal. Queria também aproveitar para exprimir o meu reconhecimento e admiração pelo trabalho desenvolvido pela ADPM nestes 40 anos de existência e que, sem dúvida, foi muito importante para este território e para as pessoas que nele vivem. PARABÉNS ADPM!».





ANA PAULA FIGUEIRA

Pró-Presidente, Instituto Politécnico de Beja

Na diversidade está a dimensão única de cada território, sua fonte de riqueza

O espaço universitário tem sido um elemento fundamental no desenvolvimento da região, não só pela reflexão estratégica e pensamento científico que brotam do seu trabalho quotidiano, mas igualmente pela sua vontade de participar, nesta região, no desenvolvimento concreto de projetos. Ana Paula Figueira dá-nos algumas pistas sobre os desafios atuais que se colocam aos agentes locais e às populações nos caminhos a percorrer.

Que papel podem a inovação e a competitividade desempenhar no processo de desenvolvimento sustentável dos territórios carentes e/ou de baixa densidade?

Entendo que o território, independentemente da sua densidade, deve ser visto como: 1) um recurso; 2) um problema; 3) uma oportunidade; 4) um quadro de intervenção. A diferenciação do território resulta da combinação única que cada território faz, a um dado momento, da aplicação de cada uma destas perspetivas. No limite, o território pode ser uma fonte de riqueza - se aproveita devidamente a sua diversidade transformando-a num elemento propulsor de desenvolvimento; ou pode ser uma fonte de pobreza - se, ao invés, opta por uma subexploração dos fatores produtivos. Nesta ordem de ideias, julgo que todos os que querem intervir no território, corrigindo as suas disparidades, procurarão torná-lo competitivo, o que passa, a meu ver, pela sua capacidade produtiva. Por sua vez, a produtividade de

um território é determinada pela inovação (ou conhecimento que é acumulado resultado da experiência competitiva), pela valorização do capital humano e social, pela cooperação num contexto de um dado modelo de governança territorial, e pela existência de uma efetiva coesão social que permita a atração de investimento e a mobilização dos atores locais.



Os recursos locais são fundamentais para a sustentabilidade dos territórios como o concelho de Mértola?

Na sequência do que respondi anteriormente, poderão ter uma importância determinante, se considerados no modelo de governança territorial adotado, onde o marketing aplicado ao território assume um papel importante. Não me refiro especialmente a ações de comunicação, mas a todas as dimensões do marketing, como sejam, também, o mercado, a oferta, os concorrentes e as alterações ao nível dos contextos social, económico, técnico e legal.

A produtividade de um território é determinada pela inovação (ou conhecimento que é acumulado, resultado da experiência competitiva), pela valorização do capital humano e social, pela cooperação num contexto de um dado modelo de governança territorial

Que modelos produtivos e de promoção / comercialização dos recursos endógenos são mais favoráveis à sustentabilidade?

Cada território, deverá procurar responder às necessidades das pessoas, nomeadamente dos seus habitantes e, ao mesmo tempo, melhorar a sua qualidade e competitividade, no contexto do seu ambiente concorrencial. Isso implica diagnosticar os principais problemas que possam existir e quais as causas, a elaboração de uma estratégia que permita solucionar os problemas identificados e, por último, a definição de um plano de ação a longo prazo. Ou seja, existem variáveis específicas em cada território que determinam que, o que pode funcionar numa situação, poderá não funcionar numa outra.

O concelho de Mértola, muito por ação da ADPM, foi pioneiro em muitas estratégias ao seu tempo inovadoras. Atualmente, que novos desafios enfrenta uma associação como ela (e genericamente Organizações da Sociedade Civil) para poder continuar a inovar e a manter o seu território competitivo?

As associações de base local são instrumentos ao serviço dos cidadãos no sentido de os ajudarem a resolver os problemas sentidos na comunidade, independentemente da sua origem (educação, saúde e outros). Este trabalho passa por uma organização das pessoas, pela sua cooperação voluntária, em torno de interesses que lhes são



comuns, ressaltando as suas necessidades e vontades, consideradas a título individual e coletivo, em articulação com as potencialidades locais. O facto de estas associações serem, tendencialmente, sem fins lucrativos, não facilita o seu trabalho e obriga a soluções que passam muito pelo estabelecimento de parcerias e de trabalho em rede. O que também tem – ou pode ter – as suas vantagens. Este trabalho não pode deixar de estar enquadrado nas políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento local e, neste sentido, parece-me que a delegação de poderes da administração central para a administração local e, por sua vez, para as associações de desenvolvimento local, poderá evitar algumas entropias e facilitar soluções de interesse local e comunitário, com economias de tempo. Dado o percurso e a experiência de 40 anos da ADPM, de intervenção no território com múltiplos projetos, poderia assumir no curto prazo, por exemplo, a responsabilidade de reunir os vários atores – autoridades locais e regionais, habitantes e privados – na criação, coordenação e aplicação de um projeto de marketing territorial, em articulação com o município.

As associações de base local são instrumentos ao serviço dos cidadãos, em torno de interesses que lhes são comuns, ressaltando as suas necessidades e vontades, consideradas a título individual e coletivo, em articulação com as potencialidades locais.



PEDRO AZENHA ROCHA

Administrador Executivo, Herdade da Contenda, EM

Biodiversidade no Vale do Guadiana,

a importância da gestão integrada na Conservação da Natureza

O caminho para o Parque Natural do Vale do Guadiana

A zona do Vale do Guadiana, no seu troço médio-inferior do território português, mereceu várias propostas de classificação a partir dos anos 80, num processo que se salienta por ter surgido da intervenção e interesse dos atores locais onde se destaca o Município de Mértola e a Associação de Defesa do Património de Mértola. Neste caminho são de salientar as iniciativas da CCRA/Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais (Proposta de Classificação para a região de Mértola – Vale do Guadiana), do ex-SNPRCN, atual ICNF (Áreas a proteger no Baixo Alentejo – duas hipóteses de salvaguarda do património alentejano), da Naturibérica (Estudo Prévio do Vale do Guadiana para a delimitação de áreas numa perspetiva conservacionista), do Campo Arqueológico de Mértola (Fauna e Flora de Mértola) e finalmente da Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), a qual desenvolveu o estudo *Caracterização biofísica do troço médio do Guadiana* que permitiu definir os limites e os fundamentos para a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG).

O PNVG acabou por ser criado pelo Decreto-Lei n.º 28/95 de 18 de Novembro tendo como principais objetivos:

a) a gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região e o desenvolvimento de acções

tendentes à salvaguarda dos mesmos;

b) a salvaguarda dos património histórico e tradicional da região, bem como a promoção de uma arquitectura integrada na paisagem;

c) a promoção do desenvolvimento económico e do bem estar das populações em harmonia com as leis fundamentais da natureza.

Mais tarde, as áreas integradas nesta Área Protegida foram reconhecidas num contexto da Rede Europeia de espaços de conservação – a Rede Natura 2000, quer pela sua classificação enquanto ZPE¹ quer enquanto ZEC²

Biodiversidade no Vale do Guadiana

Esta área apresenta uma grande diversidade de habitats e conta com várias espécies animais e vegetais com estatuto de conservação desfavorável e inscritas nas diretivas comunitárias.

Este território inclui importantes matagais arborecentes de zimbro e bosques de azinheira. Importa ainda destacar a vegetação própria dos cursos de água mediterrânicos intermitentes, nomeadamente os matagais



ou bosques baixos de loendro, tamujo e tamargueira associados ao leito de estiagem, os matos rasteiros de leitos de cheia e as galerias dominadas por choupos e/ou salgueiros. Nos cursos de água ocorrem espécies da flora de interesse comunitário, que neste Sítio têm uma percentagem muito significativa da sua população, tais como *Marsilea batardae* e o salgueiro *Salix salvifolia* subsp. *australis*. São importantes os montados, vários núcleos pontuais de alfarrobal, e ainda os charcos temporários, locais de grande valor para o cágado-de-carapaça-estriada. No conjunto, o rio Guadiana e alguns dos seus afluentes (ribeira de Terges e Cobres, Limas, Oeiras e Vascão), constituem um corredor importante para as espécies terrestres e aquáticas, destacando-se as espécies piscícolas autóctones e migradoras. Este é um dos poucos Sítios onde ocorrem o saramugo, o barbo-de-cabeça-pequena, o barbo de Steindachner o barbo-do-sul, a cumba, a boga do Guadiana, a boga-de-boca-arqueada,

o bordalo, o escalo-do-sul, a verdemã, fauna endémica da Península Ibérica. Saliente-se também a ocorrência generalizada de lontra ao longo de todo o Sítio. Este Sítio é também muito importante para o mexilhão-de-rio (*Unio crassus*) e para duas espécies de libélulas (*Coenagrion mercuriale* e *Oxygastra curtisii*). Finalmente, constitui a área escolhida para a reintrodução do lince-ibérico em Portugal, num processo iniciado em dezembro de 2014 e que alcançou muito recentemente mais de 100 indivíduos no meio natural. De notar que esta espécie esteve até há poucos anos atrás em risco eminente de extinção, tendo o esforço desenvolvido no Vale do Guadiana permitido retirar o lince desse estatuto (em conjunto com as medidas desenvolvidas em Espanha).

É também uma área importante para as grandes aves de presa. Assume destaque a população de uma ave criticamente ameaçada, a águia-imperial-ibérica, que aqui encontra o principal reduto nacional (com mais de 10 casais), a águia de Bonelli (com uma população de características essencialmente arborícolas), mas também a cegonha-negra e a águia-real. De realçar ainda as elevadas densidades verificadas de Bufo-real (*Bufo bufo*), associado ao rio Guadiana e seus afluentes. O abutre-preto e o grifo são também frequentemente observados na região. Quanto às aves estepárias, destaca-se o núcleo reprodutor de francelho da Vila de Mértola, o qual constitui o único núcleo urbano da espécie em Portugal; a ocorrência de uma das mais relevantes populações de cortiçol-de-barriga-preta do país e a ocorrência de três núcleos reprodutores de abetarda (dois em continuidade com a população da ZPE de Castro Verde e um na margem esquerda do Guadiana). Entre outras espécies de características estepárias ocorre também o sisão, o alcaravão, a calhandra-



1 - A ZPE DO VALE DO GUADIANA (PTZPE0047) foi criada pelo Decreto de Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro de 1999 e veio consagrar o PNVG como Área fundamental para a conservação da avifauna associada a biótopos agrícolas de tipo extensivo e também de espécies dependentes de habitats rupícolas.

2 - O SÍTIO GUADIANA (PTCON0036), recentemente designado como ZEC – Zona Especial de Conservação, foi classificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de Agosto, devido à presença de habitats e espécies constantes na Directiva Habitats.

Em Portugal temos apenas um Parque Nacional – o da Peneda Gerês, que se caracteriza por apresentar uma grande percentagem da sua área sob Domínio Público do Estado. No Parque Natural do Vale do Guadiana, como em muitos outros Parques portugueses, o território é humanizado e o terreno é de posse privada, levando à necessidade de desenvolver um trabalho de gestão integrada de forma a alcançar os desígnios da Área Protegida.

real, o rolieiro e a águia-caçadeira. Ao rio Guadiana é atribuída também importância para os passeriformes migradores, os quais utilizam o vale como corredor e o cordão de vegetação ribeirinha como refúgio. Os montados constituem também um habitat de grande importância para aves, nomeadamente para o grou e para o peneireiro-cinzento.

A importância da gestão integrada na Conservação da Natureza

Retomando os objetivos da criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, sublinha-se a “promoção do desenvolvimento económico e do bem estar das populações em harmonia com as leis fundamentais da natureza”. Daqui se depreende o carácter humanizado dos ecossistemas desta Área Protegida, que co-evoluíram com a presença humana. Este contexto de uma natureza humanizada, onde o Homem é uma presença inequívoca, contrasta com o “Wilderness”, conceito introduzido por

John Muir e que surgiu da necessidade de preservação das últimas “áreas selvagens” do efeito destrutivo da presença humana. Este conceito levou à criação dos primeiros Parques Nacionais Americanos, como Yosemite e Yellowstone, áreas extensas e selvagens, onde a presença humana é praticamente inexistente e onde os ecossistemas evoluem sem a sua intervenção. Em Portugal temos apenas um Parque Nacional – o da Peneda Gerês, que se caracteriza por apresentar uma grande percentagem da sua área sob Domínio Público do Estado. No Parque Natural do Vale do Guadiana, como em muitos outros Parques portugueses, o território é humanizado e o terreno é de posse privada, levando à necessidade de desenvolver um trabalho de gestão integrada de forma a alcançar os desígnios da Área Protegida.

Exige-se assim um trabalho direto e contínuo com os vários agentes do território, nas suas instituições representativas (Municípios de Mértola e Serpa, Associações e coletividades, Agrupamentos escolares) e grupos-alvo (residentes, agricultores, pescadores, caçadores, público escolar, entre outros). Neste contexto, o Vale do Guadiana tem contado com o trabalho de 4 décadas da ADPM, associação que incorpora ambos os conceitos de ADL – Associação de Desenvolvimento Local e ONGA – Organização Não-Governamental de Defesa do Ambiente) onde se destacam vários marcos de intervenção com influência direta na afirmação da Área Protegida:

- Desenvolvimento de relatórios, estudos de caracterização e projetos associados ao PNVG (p.e. o projeto Guadiana Vivo, que permitiu recolher a opiniões, propostas e ideias da população da Área Protegida)
- Aquisição de terrenos (Monte do Vento) e sua gestão pela conservação da natureza e experimentação de técnicas florestais, pecuárias e agrícolas e sua difusão local e regional
- Várias iniciativas de proteção do património tradicional da região (moinhos de água e vento, cursos de técnicas de construção tradicional)
- Promoção, experimentação e comercialização de Produtos e Serviços de âmbito local (Projetos associados a Plantas Aromáticas e Medicinais e da iniciativa Natural.pt no Vale do Guadiana)
- Desenvolvimento de programas de educação e sensibilização ambiental dirigidos a públicos variados
- Defesa de mecanismos diferenciadores para a região, vitais para a manutenção da população, dos sistemas tradicionais e da conservação da natureza (p.e. Apoio Zonal para o Vale do Guadiana).

Caminhantes de caminhos passados



TERESA SILVA

«A ADPM foi a minha primeira experiência de trabalho, que começou com um curso de formação de “Podadores e Enxertadores de árvores”, com a duração de 272 horas, em outubro de 1996. Para mim, estava-me a ser proposto um desafio, e que o foi, pois tinha acabado o curso académico há muito pouco tempo. Depois dessa formação ter terminado, foi-me proposto que desse formação a mais uns quantos e fui ficando, até que me foi proposto que participasse no projeto da produção de plantas aromáticas no Monte do Vento, o qual aceitei. Do ponto de vista profissional aprendi muito, pois era um grande desafio implementar socalcos e estufas com produção de ervas aromáticas onde nada existia. Essa experiência foi uma marca muito importante para a minha vida, deu-me conhecimento e saber a importância que tem o “saber fazer”. Foi o impulso para toda a minha vida profissional.

A ADPM é um exemplo de uma associação de desenvolvimento local que abraçou todo o território, e que este a vê sempre com carinho e respeito. Saliento o grande marco que foi a base da criação do Parque Natural».

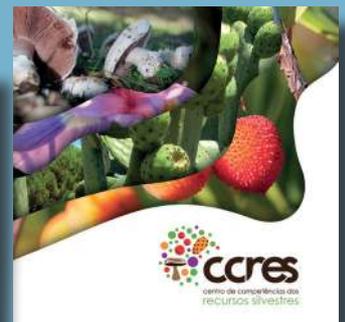


SARA PULIDO VALENTE

«Ter trabalhado na ADPM foi uma experiência muito diversificada, entusiasmante, exigente, num bom ambiente, que me ajudou a crescer a nível pessoal e profissional, e que me permitiu adquirir conhecimentos basilares, diversificados e importantes para o meu percurso de vida.

A ADPM deu-me a oportunidade, num momento importante da minha vida, de me conhecer e me dar a conhecer enquanto técnica, de testar as minhas capacidades, de reconhecer e valorizar as minhas valências e ultrapassar as minhas dificuldades. A ADPM foi uma escola importantíssima na minha formação e experiência profissional, que me deu ferramentas que se têm revelado essenciais para a minha evolução enquanto técnica.

Na sua área de intervenção, teve e tem um papel positivo, porque continua a trabalhar pelo território e pelas gentes de Mértola, pela sua dinamização, contribuindo também para levar o nome de Mértola além-fronteiras, sejam nacionais ou internacionais. Para além disso tem contribuído para a capacitação da população da região em diversos campos desde a população escolar até à população mais idosa».





Manuela Sousa

Diretora da ECOSAPIENS

Educação ambiental, alicerce duma nova cidadania

Dúvidas não há que o mundo enfrenta hoje desafios ambientais tremendos, decisivos para a sustentabilidade da Vida no Planeta. São muitos os problemas, prementes, complexos, com os quais nos deparamos como comunidade global regional, local e que exigem uma **resposta transformacional**, em todos os setores, níveis de governação, comunidades e cidadãos.

As alterações climáticas, a deflorestação, a escassez de água, a perda da biodiversidade, a degradação dos solos, os recursos piscícolas ameaçados, a produção galopante de resíduos e a poluição, são apenas alguns daqueles que a todos afetam nesta aldeia global. À escala nacional a poluição nos nossos rios, a degradação do solo e da qualidade água, os incêndios florestais e o despovoamento do território são alguns dos problemas que mais preocupam os portugueses.

O mais recente relatório Planeta Vivo 2020 (*Living Planet Report 2020*), a publicação de referência da *World Wide Fund for Nature* (WWF) sobre a saúde do nosso Planeta, veio mais uma vez alertar para a **necessidade de rapidamente trilharmos um novo rumo. O impacto e a pressão que o Homem exerce sobre o planeta estão a minar o tecido vivo que nos sustenta a todos: a natureza e a biodiversidade.** As populações globais de peixes, aves, mamíferos, anfíbios e répteis **diminuíram 68% desde 1970**, devido a atividades humanas, provocando a perda e degradação de habitats.

A par desta preocupante perda da Biodiversidade, a Pegada Ecológica sobre a Terra aumenta grandemente,

demonstrando como **a nossa procura crescente pelos recursos naturais se tornou insustentável. Em Portugal, esta pegada ecológica per capita também aumentou** encontrando-nos no 46.º lugar a nível mundial, com 4,1 hectares de terra necessários por pessoa (no ranking de 2018 aparecíamos em 66º). **Os portugueses precisam hoje de 2,52 planetas** para manter o seu **estilo de vida.** A suspensão das atividades à escala mundial provocada pelo Covid-19 levou à redução desta Pegada Ecológica da Humanidade em cerca de 9%, uma diminuição que, apesar de conjuntural, **veio demonstrar a extraordinária capacidade de regeneração da Natureza**, antecipando o que podemos ter se agirmos no sentido de criar um futuro sustentável.

Por estes tempos “suspensos” estamos todos a ser convidados também a refletir sobre o **estado do nosso Planeta. Qual o futuro que pretendemos para as nossas famílias e comunidades? Qual a herança que vamos deixar** às próximas gerações? Parecem questões enormes, de difícil resolução, e





que estão além da nossa ação mas enganamo-nos. Na realidade, é precisamente através do contributo de cada um, e de muitos mais, que iremos percorrer um novo caminho.

Para o efeito é fundamental que cada um entenda a importância do seu contributo, esta mudança passará sempre por essa tomada de consciência individual, em cada família e cada comunidade.

Precisamos de cidadãos mais empáticos, humildes, verdadeiros, que honrem e protejam este Todo que nos sustenta.

É vital encontrar sempre, e em qualquer área e nível de atuação/ governação, as melhores práticas, as que menores impactos têm sobre o

Ter presente que estas questões ambientais serão as grandes questões que irão determinar a nossa qualidade de vida e que nos cabe dar o exemplo, espalhar e disseminar esta mensagem, escolher bem quem nos representa, para podermos ser e fazer a diferença que o mundo precisa.

ambiente e que promovam a circularidade. As soluções já existem trata-se de encarar este rumo como prioritário, replicar e disseminar estas soluções para que ganhem dimensão.

Apostar numa vida familiar, comunitária, mais simples e equilibrada, sintonizada com a Natureza. Repensar os hábitos de consumo, escolher sustentável, tendo presente que todas os nossos “bens” têm uma pegada que deve ser minimizada.

Ter presente que estas questões ambientais serão as grandes questões que irão determinar a nossa qualidade de vida e que nos cabe dar o exemplo, espalhar e disseminar esta mensagem, escolher bem quem nos representa, para podermos ser e fazer a diferença que o mundo precisa.

A Educação Ambiental ou Educação para a Sustentabilidade é um dos **instrumentos pedagógicos que pode dar um bom contributo para fomentar esta tomada de consciência e mobilizar para a ação cidadãos, entidades e comunidades.**

Esta é a minha área de trabalho há mais de 25 anos e foi precisamente na Associação de Defesa do Património de Mértola que comecei, na altura com o projeto CADISPA (Conservação e Desenvolvimento em Áreas Escassamente Povoadas) apoiado pelo WWF. Reunia diferentes projetos europeus sinalizados como boas práticas que associavam o desenvolvimento local à participação e educação





transversal de toda a comunidade para reverter uma perda num enorme valor para o território. Este processo de reintrodução é um caso exemplar nos resultados conseguidos para a conservação da espécie, e, também, na união de esforços entre diferentes entidades locais, regionais e nacionais, com a comunidade local, em prol deste objetivo comum.

Neste processo a **Educação Ambiental desempenha também um papel igualmente importante pois permite fortalecer a ligação das pessoas à espécie**, tornando-as aliadas nos esforços de conservação. O **Guadilince** foi um dos projetos que desenvolvemos dirigido à comunidade local e às escolas para dar a conhecer esta fabulosa espécie e mobilizar para a sua conservação.

Desse projeto nasceram outros que permitem estender esta mensagem a outros públicos mais vastos, nomeadamente aos visitantes e turistas, como o Centro de Interpretação do Lince-ibérico na Amendoeira da Serra, o Observatório em São João dos Caldeireiros e a Rota Âncora.



É um bom exemplo de como estes territórios, que possuem entidades fortemente empenhadas em processos de desenvolvimento suportados nas forças do território e com preocupações centrais de sustentabilidade, conseguem materializar novos caminhos mais empáticos com o território, com a natureza, mais participados e inclusivos com as comunidades. É deste novo caminho que todos precisamos, **de comunidades mais ecológicas, justas, equitativas e prósperas para todos.**

Antes de concluir não quero deixar de agradecer à ADPM, à Direção e Equipa, o voto de confiança que ao longo destes 25 anos me deu para colaborar nesta sua importante missão de trazer estes valores e dimensões aos territórios em que intervém e **reforçar os PARABÉNS pelo trabalho exemplar, extraordinário, que toda a sua equipa tem feito nestes 40 anos de existência.**

OBRIGADA ADP Mértola.

ambiental.

Passados todos estes anos, esta continua a ser **uma das áreas chave na atuação da ADPM no seu território**, e felizmente, “ontem” como hoje, tenho tido a oportunidade de dar o meu contributo em diferentes projetos. Um dos mais recentes, dedicado à sensibilização e mobilização da comunidade para a proteção dum dos felinos mais ameaçados do mundo, o lince-ibérico que, desde Dezembro de 2014, está a ser introduzido no Parque Natural do Vale do Guadiana.

Este é um bom exemplo da **importância do envolvimento**

Caminhantes de caminhos passados



RICARDO BERNARDINO

«Ter trabalhado na ADPM foi uma experiência bastante positiva e representou o meu primeiro contacto com o Desenvolvimento Local. Apesar de, há 20 anos, a situação financeira da associação não ser a melhor, trabalhavam nela cerca de 30 pessoas, quase todos jovens com bastante dinâmica e “amor à camisola”. Tenho muito orgulho em ter trabalhado e dado o meu contributo para uma Associação que é uma referência ao nível do Desenvolvimento Local em Portugal.

Apesar de ter sido uma experiência curta, de pouco mais de um ano, ela contribuiu bastante para a minha carreira e para o meu processo de formação. O trabalho com a ADPM não terminou quando da minha saída, dado que a ADPM é associada da Associação Terras do Baixo Guadiana onde atualmente trabalho. Para além de partilharmos uma parcela do concelho de Mértola como território de intervenção, somos parceiros em vários projetos de cooperação e de desenvolvimento. A ADPM tem realizado um trabalho bastante positivo no concelho de Mértola, e não só. Por isso, o seu trabalho e intervenção são reconhecidos nacional e internacionalmente.

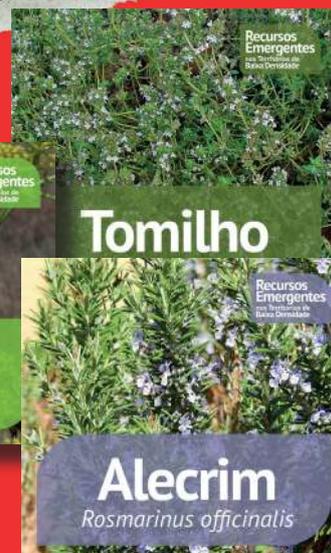
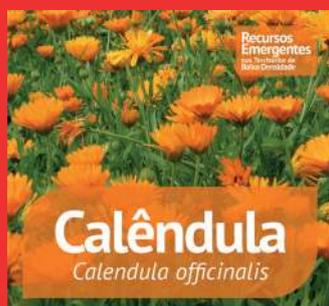
No concelho de Mértola, para além de representar uma das maiores entidades empregadoras privadas, a ADPM tem sido responsável pela gestão de inúmeros projetos de investimento e de desenvolvimento que envolvem ou envolveram milhões de euros de fundos nacionais e comunitários.

A sua intervenção é transversal a muitas áreas, como seja o ambiente, e foi a principal responsável pela criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, e por incentivar o empreendedorismo e o fomento empresarial, por dinamizar a arqueologia e valorizar o património histórico e cultural, por se empenhar no desenvolvimento social das suas populações, entre tantas outras... Muitos dos “frutos” que Mértola colhe em muito se devem à “plantação” da ADPM».



NATÁLIA HENRIQUES

«Trabalhar na ADPM foi o despertar, o meu primeiro emprego, onde permaneci quase 11 anos da minha vida. Foi o descobrir a paixão pelo desenvolvimento local e o significado do valorizar e pensar o local de forma integrada, de perceber a importância de preservar o que é “nosso” porque é único naquele lugar. Poderia apontar muitas outras razões, mas gosto particularmente de dizer que me permitiu perceber que podemos fazer a diferença com uma intervenção de proximidade junto das comunidades locais. Apoiar este ou aquele projeto é, e será sempre, determinante para quem o desenvolve e para o território, e nós, enquanto facilitadores, somos uma peça determinante deste puzzle. Na minha carreira e vida foi fundamental, já que, quase 30 anos depois, ainda exerço a minha atividade profissional em prol do desenvolvimento dos territórios. A ADPM teve um papel positivo no concelho de Mértola, pois criou emprego e promoveu o desenvolvimento de projetos que permitiram acrescentar valor a este concelho, e, igualmente, noutros municípios para onde alargou a sua intervenção».





PEDRO REIS

Investigador do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV, I.P.)

Mértola

Inovação de base territorial

As primeiras palavras são de saudação e felicitação da Associação de Defesa do Património de Mértola pelo seu quadragésimo aniversário, e pelo trabalho desenvolvido ao longo destas décadas, contribuindo para o desenvolvimento do território e das suas gentes, atraindo atividade e pessoas.

O contributo da ciência, conhecimento e inovação para o aumento da produtividade e sustentabilidade da produção agrícola é bastante consensual, não existindo qualquer dúvida sobre este facto. Hoje, as grandes questões giram em torno do ambiente mais propício à inovação, e de uma abordagem mais integrada na relação entre o ser humano e as ferramentas tecnológicas. Neste âmbito, o contexto local é crítico e a incorporação de conhecimento nas atividades, bens e serviços marca a diferença.

Nos territórios de baixa densidade populacional e longe de um grande centro urbano, como é o caso de Mértola, são menores as relações económicas e o capital social, a que se associa uma menor capacidade de criação de riqueza. Há um processo de perda de capacidade de criação de empregos, e de consequente despovoamento, sobretudo da população em idade ativa. O desenvolvimento local, neste contexto, tem de ser feito com os que estão

e com alguns que consiga atrair. Será um desenvolvimento com um tecido social de baixa densidade, mas que densifique as suas relações pessoais, institucionais, económicas e sociais, com centros de consumo, do conhecimento e da inovação.

A criação de riqueza tem de ser baseada nos recursos endógenos, seja a flora autóctone, as ovelhas da raça Campaniça, os recursos cinegéticos, o património histórico, ou a arte de trabalhar a lã. São estes recursos que lá estão e que, ainda por cima, permitem diferenciar os produtos, abrindo a possibilidade de alguns consumidores





preferirem os produtos provenientes desses recursos, desse local e trabalhados por aquela gente. Mas esta diferenciação só se refletirá no bem-estar dos residentes, se o consumidor perceber essa diferença e pagar por isso. Para tal é preciso responder aos gostos e preferências do consumidor urbano, ter a capacidade de incorporar mais valor ao produto e chegar o mais próximo possível do consumidor final. Por exemplo, as pequenas unidades de transformação agroindustrial e serviços associados (p.e. restauração e turismo), contribuem de forma muito positiva para criar valor para o território, a partir de matérias primas produzidas na região. Esta criação de valor é superior no caso dos produtos com denominação de origem (DOP, IGP e ETG) e associados a modos de produção mais sustentáveis. Para tal, é preciso defender o património, natural ou cultural, e valorizá-lo, através do saber tradicional, do conhecimento científico, da inovação,

do mundo digital. É o conhecimento que permite gerir melhor os recursos, por exemplo em sistemas agrícolas extensivos, e obter produtos mais valorizados no mercado. Neste processo as políticas públicas também são fundamentais, para alavancar as atividades económicas e remunerar as externalidades positivas. Quero terminar com um testemunho pessoal, do excelente papel que a ADPM tem tido para a criação de um ambiente mais favorável à inovação, à incorporação de conhecimento e da marca territorial nos produtos locais, no fomento do capital social e no contributo para o desenvolvimento local.



FRÁTICAS E SABERES DA TINTURARIA
ars tingendi

A cor mais fácil de tingir num tecido é o amarelo. As tonalidades amarelas podem ser obtidas do apêlo, da casca do romã, da casca de cebola e do casca de Balsa alvina, entre outros aspectos. O índigo-vermelho, cujo pigmento se acredita ser o verde na tinteira do Forno, foi uma das mais importantes fontes deste grupo de cores no Mediterrâneo e por toda a Europa. O maior parte dos cores pode ser obtido por uma simples cozedura, ou seja, o mesmo princípio das tintas, usando água e ferver e não fermentando o tecido que se quer tingir.

Com a navegação intercontinental, a América viu-se novas espécies que, por dois séculos, deram outra dimensão à produção de cores: a primeira é retirada de uma espécie de canóbio, *Oreocera viminalis*, comum em toda a América do Norte, de cuja casca se obtém um corante que foi usado no caso de Quercus, mistura do nome (pelo do nome) com o verde índigo (verde) em resultado de que se obtinha a cor de um amarelo-vermelho (Medina Rodríguez), esta amarela da América do Sul. O pigmento índigo, em inglês tornou-se mundialmente conhecido por ter sido usado para tingir os uniformes de capitães e oficiais da guerra que combateram na 1ª Guerra Mundial.

O desenvolvimento da química e da óptica ao longo do século XIX veio cobrir os amarelos no campo da pigmentação ou idioscromia que esta tonalidade é, afinal, uma das cores primárias, com as quais se podem realizar todas as outras.

DE ÚLTIMO A PRIMEIRO

O amarelo é seguramente a cor menos apreciada. Recordo-me a sereno popular "Voluntad do amarelo", como sinal de pouca adição a este tom. Mas esta decisão tem uma razão: simplesmente a maioria da população em Castela, Andaluzia e parte da Catalunha e do País Basco desde sempre, para destacar o pagamento e o status e depois em geral o otimismo e a alegria. Em épocas anteriores, ou junto de outros povos não era isso o caso e os amarelos usavam para sinalizar a condição de um indivíduo ou grupo. Como sinal de amor e de respeito ao chefe do estado, quando hoje está associado ao poder e à riqueza. Foi o Bode Molde espanhol que se tornou uma decoração ostentada pelo papel desempenhado pelo ouro, que tinha, que tem, que tem valor precioso. No mundo indígena essa qualidade de cor do Bode Molde tem origem e é, talvez, a cor da terra e a cor da terra de onde vem. E, talvez, sempre, para no amarelo é a cor dos tanques. E produzida e a cor dos tanques, os denunciamos até aos nossos dias, a cor do amarelo. Na actualidade, o amarelo tradicionalmente é a cor da alegria, do sol, do momento de lazer. E o primeiro a chegar em certas competições é a cor do amarelo, o amarelo.

PIGMENTOS POR ESSES CAMPOS FORA

As flores encontram-se entre as mais recentes invenções das plantas na adaptação ao ambiente terrestre, e é não há muito tempo que se usavam o pigmento natural.

Efectivamente, em muitas outras partes vegetais se encontra uma grande variedade de formas e cores. A utilização das flores como corantes têxteis relaciona-se naturalmente com o tipo de pigmento presentes, mas, apesar da planta natural ser extremamente rica, há uma realidade económica de muito na forma como foi o caso do índigo. Com efeito, a enorme variedade cromática existente nas flores é obtida com recursos a um número relativamente reduzido de pigmentos vegetais em que se destacam os pertencentes aos grupos dos carotenóides, das antocianinas ou dos flavonóides. Curiosamente os pigmentos mais comuns nas flores podem encontrá-los também nos vegetais como a batata e a cebola, pelo que, no processo de colheita, as flores não são favorecidas que corantes pigmentos disponíveis nos seus constituintes e despois do incriminado verde. Identifico que os corantes e misturas. Na planta, estas substâncias pigmentadas desempenham diversas funções entre as quais se destacam as relacionadas com a absorção de luz e a protecção contra a radiação ultravioleta. Nas flores relaciona-se com uma função de atracção fundamental no jogo complexo de sedução do polinizador a que se juntam dimensões, formas e padrões e ainda, frequentemente, aroma e néctar.

FRÁTICAS E SABERES DA TINTURARIA
ars tingendi

Pigmentos que sejam verdadeiramente verdes são raros. Tanto o Lino (ambos ditos dos tintureiros) eram, a maior parte das vezes, misturados para se obterem essas tons. Historicamente encontravam-se materiais têxteis de cor verde-oliva (como na família cultura Hakusei da Made do Forno), que tinham que ser tingidos com corantes amarelos quando mordentes ferrosos, que contribuíam para a obtenção dessa tonalidade. Mas, em geral, os tecidos de linho tingidos nesse tom com a referência mistura, e muito pelo efeito de reforço cromático que era concedido pela acção desses mordentes ferrosos. Na América Latina os processos tradicionais são os mesmos – ou seja, predominantemente o verde é obtido com uma mistura ou por efeito reactivo do mordente.

Ma certas tonalidades de verde podem ser obtidas por fermentação, com a ajuda (curiosamente...) de frutos vermelhos: morangos, amoras, framboesas, bagas dos pigmentos (pigmentos). Ou ainda, como já se viu com os nativos americanos da zona noroeste do continente, onde existiam grandes florestas, que usavam Borealis para obter essa tonalidade de forma directa. De certo modo, as tinturarias artesanais da têxtil com um integral de produtos naturais reproduzem estes últimos processos.

PANOS DE NATUREZA FEITOS

Na Inglaterra medieval e séculos seguintes, produziam-se têxteis de cor verde que ganharam fama internacional. Os tintureiros de Lincoln, uma cidade dedicada à manufactura têxtil, fabricou o tecido de linho que ainda hoje se encontra a respeito de Robin Hood e seus companheiros, num verde oliva forte, que resultava de uma tinta infusa com anil (índigo), a que se seguiu duas passagens de corantes amarelos, primeiro usando gema e album e depois mordente e o linho, em banho de Borealis. A cor verde passou a ser registada a primeira vez em 1510.

Na época medieval, os nobres, os bobos e os capangas vestiam-se de verde, mas igualmente, nas praias do litoral, os apascentados eram representados em vestes deste tom, já que o verde representava, simbolicamente, as matanças de borrego. Actualmente também se vê o verde na natureza. No século do século a partir do século XIX, o tecido de linho ou cartas sobre lapete verde, habito que passou para o lado das meias das coras e da cor do século XIX, para a parte de decenas de meias dos corantes de administração. No século XX, muitos corantes de produtos naturais, como o caso do Borealis (fermentado), que vem de muito ideológico de plantas, começam a partir de seus tintureiros de verde, que progressivamente se vai assumindo como a cor da natureza.

OS LIQUENES E OS FUNGOS

Os líquenes e cogumelos são organismos fúngicos. Os líquenes vivem em ambiente com fungos ou algas (devido a serem sobre rochas, árvores e mesmo solo). Os cogumelos são a parte visível e o fruto, do micélio, que fica escondido sob a superfície do solo. Os pigmentos contidos nestes elementos permitem colorações que se estendem a muitos tons: verdes, laranjas, amarelos, vermelhos, castanhos e rosas ou purpuras vivas. Os líquenes foram usados há séculos de tempo para a produção de corantes naturais. No século XIX, muitos corantes de produtos naturais, como o caso do Borealis (fermentado), que vem de muito ideológico de plantas, começam a partir de seus tintureiros de verde, que progressivamente se vai assumindo como a cor da natureza.

Os fungos têm inúmeras aplicações, na gastronomia, na medicina, e também na tinturaria, uma prática que persistiu na Europa, enquanto predominou a sociedade rural, até ao século XIX. Depois dessa data, o uso dos fungos para a produção de corantes naturais foi coberto de fado, uma vez que indicava a origem e a produção de corantes sintéticos, numa escala a que estes produtos naturais, alguns até com características marcadamente naturais (os surgem em determinadas condições de humidade e temperatura), não podem dar resposta. Mas hoje, o interesse em tingir a partir destes elementos aumentou de modo impressionante, havendo mesmo uma vasta gama de, a nível das redes sociais, de revistas e registos de experiências e blogs associados. Claro que se usa um tom em carácter de produção de pequena dimensão, que procura afirmar-se mais pelo carácter de serem 100% naturais do que pela possibilidade de um comércio.



OLGA MARTINS

Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, IP

O DESAFIO

é gerir e conciliar as
pessoas com a natureza
e a biodiversidade

O INCF é um parceiro fundamental para o concelho de Mértola. Conversámos com Olga Martins, Diretora Regional deste organismo, sobre a atual situação ambiental e os rumos que orientam alguma da sua ação presente e para o futuro

Que desafios se colocam ao ambiente, no que respeita à conservação da natureza e das florestas, em territórios como o sul de Portugal e de Espanha, no atual contexto de crise climática?

As circunstâncias geográficas dos territórios meridionais da península Ibérica, em particular do sul de Portugal, proporcionam condições ambientais difíceis e exigentes no relativo aos recursos naturais, designadamente solo, água e biodiversidade, aos aspetos básicos de sustentação dos processos vitais e aos contextos de funcionamento da sociedade humana, provocando constrangimentos complexos a algumas atividades socioeconómicas.

À mercê destes condicionamentos estruturais do território, a região Alentejo está sujeita a um conjunto de riscos naturais de entre os quais sobressai o risco de desertificação (degradação das terras em zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas, em resultado de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades antropogénicas, na aceção da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Seca).

É de salientar que, na Europa, as áreas do sul da pe-

nínsula Ibérica são já das mais afetadas pela desertificação e pela seca e os diversos cenários de evolução apontam para uma persistente tendência de agravamento da aridez e de redução das disponibilidades hídricas que perdurará no futuro. Para o sul de Portugal, em especial no Alentejo interior, como é o caso do vale do Guadiana, já muito flagelado por secas, as antevisões de alterações climáticas evidenciam que os períodos de seca se tornarão ainda mais frequentes e mais longos, acentuando a vulnerabilidade à seca desta região que se poderá mesmo considerar como uma área crítica. O processo de desertificação, atual-





mente intenso, terá tendência, pois, a sofrer considerável agravamento com a possibilidade de concretização de qualquer um dos diferentes cenários de alterações climáticas que se perspetivam para o Alentejo, onde já predominam as áreas de elevada suscetibilidade à desertificação. O incremento de temperatura, a eventual redução de precipitação, o crescimento da frequência e da intensidade dos fenómenos extremos de precipitação e de seca e o aumento da aridez implicarão, no Alentejo, o eventual alargamento das áreas de

clima semiárido e, até mesmo, o surgimento de áreas de clima árido. É, pois, de temer uma intensificação dos processos de degradação do território, designadamente, a destruição do solo por ação de processos erosivos e outros, o agravamento das secas e o aumento da pressão sobre os recursos hídricos cada vez mais escassos, a afetação de espécies, habitats e ecossistemas com eventual perda de biodiversidade, a

diminuição da capacidade de produção primária dos ecossistemas, o comprometimento das condições necessárias para alcançar adequados níveis de saúde e de bem-estar das populações, bem como a intensificação de estrangulamentos produtivos com efeitos socioeconómicos.

Não obstante a pressão existente sobre as espécies, habitats, ecossistemas e os constrangimentos dos sistemas agrícolas, pecuários e florestais, a biodiversidade do sul do país, resiliente e até certo ponto bem adaptada às características locais (com elasticidade condicionada pelos limites

Para o sul de Portugal, em especial no Alentejo interior, como é o caso do vale do Guadiana, já muito flagelado por secas, as antevisões de alterações climáticas evidenciam que os períodos de seca se tornarão ainda mais frequentes e mais longos, acentuando a vulnerabilidade à seca desta região.

de tolerância das espécies), possui enorme relevo, não apenas a nível nacional como, também, no contexto ibérico, europeu e mesmo mundial. Esta importância levou, há já largos anos, à classificação de consideráveis áreas do interior sul do Alentejo quer com o estatuto de área protegida, como é o caso do Parque Natural do Vale do Guadiana, quer como áreas da Rede Natura 2000, como são os casos das Zonas Especiais de Conservação de Guadiana, Moura/ Barrancos (Diretiva Habitats) e Zonas de Proteção Especial de Castro Verde, Mourão/ Moura/ Barrancos e Vale do Guadiana (Diretiva Aves). A recuperação das populações de lince-ibérico e os esforços de preservação do saramugo e da águia-imperial-ibérica são paradigmáticos e demonstrativos de que, havendo conjugação de vontade e meios, é possível concretizar com bons resultados políticas ativas de preservação e valorização da biodiversidade, a replicar consistentemente, sendo essencial o envolvimento, cooperação e empenho de todos os agentes relevantes, designadamente, administração pública, organizações não-governamentais de ambiente, associações de desenvolvimento local, agricultores, produtores florestais, caçadores, etc. Para efeito da recuperação de predadores emblemáticos muito tem contribuído a gestão da principal espécie presa do ecossistema mediterrânico, o coelho. Este lagomorfo, outrora abundante nas charnecas da Península Ibérica, encerra em si mesmo um valor incalculável para a biodiversidade, enquanto base do ecossistema. É, também, fulcral por questões socioeco-



A ADPM, cujo empenho ativo muito contribuiu para a génese do Parque do Vale do Guadiana, tem persistentemente realizado uma apreciável ação em prol do ambiente, da educação ambiental, da valorização da paisagem, da conservação da natureza, da promoção dos recursos naturais e dos produtos silvestres, do combate à desertificação, da adaptação às alterações climáticas, do desenvolvimento local e da cooperação a que seguramente dará continuidade no futuro.

nómicas, nomeadamente para a atividade cinegética, que tem vindo a assumir cada vez mais um papel de gestão e não só de perseguição e caça, facto que tem contribuído para uma gestão convergente com a biodiversidade.

Também na esfera de intervenção do ICNF, subsistem desafios importantes relativamente a outras espécies de mamíferos, de aves de rapina e em relação às aves estepárias, anfíbios, répteis, morcegos, invertebrados (em particular os insetos), etc. Muito desafiante e fundamental é, também, a conservação dos sistemas agro-silvo-pastoris, nomeadamente a proteção e promoção dos povoamentos de sobreiro e em especial de azinheira, a conservação e gestão dos matagais mediterrânicos, a gestão florestal e defesa da floresta, o controle de espécies invasoras, a recuperação de áreas degradadas e o restauro de habitats e de ecossistemas. É merecedora de especial atenção a necessidade de estancar processos de degradação, em particular os que se traduzem no declínio do arvoredo e na redução das densidades dos povoamentos de sobreiro e de azinhei-

ra e a importância de fomentar a renovação dos montados, promovendo a regeneração natural e artificial de azinheiras e sobreiros para reconstituição e aumento dos povoamentos de quercíneas.

Temos pela frente o desafio de gerir e conciliar, no mesmo espaço territorial, as atividades humanas mais intensivas e impactantes com as atividades mais compatíveis com a conservação da natureza e promotoras da biodiversidade. Em Portugal e com mais acuidade no sul do país, tem, também, de se ter bem presente a exigência da proteção e da boa gestão e utilização do solo e da água, atendendo, sobretudo, ao papel fundamental do solo, sustentáculo da biodiversidade terrestre e a imperiosa e basilar necessidade da conservação do solo, recurso de muitíssimo lenta formação, mas de frágil e efémera duração se mal gerida a sua utilização.

É cada vez mais evidente a necessidade de contrariar a destruição do mosaico de paisagens rurais, a redução da diversidade e da complexidade dos ecossistemas, a fragmentação de habitats e a excessiva artificialização do território e de fomentar o restauro ecológico, a renaturalização de espaços degradados e a implementação de estruturas sistémicas de valorização ecológica. Salienta-se, também, a importância do reforço da resiliência dos territórios e da articulação intersectorial, em particular com o sector agrícola, sempre dos mais determinantes para o bom êxito da conservação da natureza.

Mas importa salientar que Portugal dispõe de diversos instrumentos estratégicos e de ação relativos à conservação da natureza, biodiversidade e florestas, destacando-se: a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, os programas de ordenamento de áreas protegidas, a Estratégia Nacional para as Florestas, a Estratégia para a Adaptação das Florestas às Alterações Climáticas, o Programa Regional

de Ordenamento Florestal do Alentejo e o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação. Destaca-se, ainda, a proposta de Quadro de Ação Prioritária para a Rede Natura 2000 em Portugal Continental e Espaço Marítimo Adjacente e a preparação dos planos de gestão da Rede Natura 2000.

No plano da União Europeia, as políticas em preparação mais relevantes para o enquadramento do desenvolvimento articulado das políticas nacionais e que estão na ordem do dia, são: a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030; a Estratégia da UE para as Florestas e o Sector Florestal, que está ainda em elaboração; a Política Agrícola Comum; a Estratégia da UE para os solos – solo saudável para uma vida saudável; o Pacto Europeu para o Clima; o Pacto Ecológico Europeu; a Estratégia do Prado ao Prato.

Ainda no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 (sendo de destacar os relacionados com a ação climática, a biodiversidade, as florestas e o combate à desertificação - neutralidade de degradação da terra) definem um quadro de referência incontornável e decisivo. Também no contexto da ONU é importante ter em conta e reforçar as sinergias entre as várias convenções e corpos da ONU, nomeadamente a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas. E de realçar ainda que a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2021-2030 como a ‘Década das Nações Unidas’ para a Recuperação dos Ecossistemas. Todos estes instrumentos contribuem já e continuarão a contribuir para responder cabalmente às ameaças acima identificadas.

Como poderá o aproveitamento dos recursos locais do concelho de Mértola revelar-se mais favorável à sustentabilidade deste tipo de territórios?

As qualidades únicas do concelho e da região, os riscos e ameaças já referidos e os desafios que se perfilam no presente e para o imprevisível futuro aconselham estratégias equilibradas e soluções baseadas na natureza para o aproveitamento das potencialidades locais, nomeadamente no que toca à agricultura, pastorícia, floresta, cultura e turismo, e assentes na utilização eficiente e sustentável dos recursos naturais, sendo

de destacar a importância dos produtos silvestres como, por exemplo, a caça, a pesca, o mel, os cogumelos, as aromáticas, etc.

As exigências de proteção do ambiente, de conservação da natureza, de combate à desertificação, de promoção da mitigação e da adaptação às alterações climáticas, da prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos e de valorização da paisagem impõem abordagens conservadoras e sustentáveis na produção agrícola, pecuária, florestal, em todas as respetivas fileiras, bem como nos outros sectores de atividade económica. A produção de alimentos, fibras, materiais lenhosos, essências e outras substâncias bem como a saúde e o bem-estar humanos assentam e dependem, cada vez mais, da boa gestão dos ativos naturais que consiga estancar e reverter os processos de degradação da paisagem e que garanta a perpetuação da sua capacidade de regeneração e valorização.

É urgente a reforma de modelos esgotados e impõe-se que se repense as estratégias e defina novos modelos de desenvolvimento adaptados aos desafios dos novos tempos e bem fundados na investigação científica e na inovação por ela potenciada.

O Parque Natural do Vale do Guadiana e as áreas da Rede Natura 2000 são peças chave para aglutinar as



preocupações e objetivos expressos e para catalisar o aproveitamento das oportunidades que os respetivos estatutos proporcionam. É crucial que os fundos de apoio que vierem a ser consignados possam ser aplicados com eficiência e em harmonia e sinergia com as políticas públicas nos domínios do ambiente e em especial da biodiversidade, do combate à desertificação e das alterações climáticas, em consonância com as correspondentes estratégias nacionais e europeias.

ser solidariamente apoiados, através de mecanismos justos e equitativos e colher benefícios dos contributos que dão para a conservação da natureza e para a valorização ambiental, nomeadamente através da remuneração dos serviços de ecossistemas e de apoios agroambientais.

A chave será assegurar a produção sustentável e valorização dos recursos endógenos, saber tirar proveito de serem produzidos dentro de uma área protegida com



A preservação e recuperação da biodiversidade deverá ser uma prioridade para benefício das populações, da natureza, do clima, da economia e do bem-estar humano. Os habitantes locais, nomeadamente os agricultores e outros agentes, não deverão arcar sozinhos com os custos de suporte da biodiversidade, antes deverão

preocupações ambientais específicas, com redução dos impactes das atividades sobre a biodiversidade, dando prioridade a um desenvolvimento fundado na valorização do território e na salvaguarda dos valores naturais com base numa matriz de uso responsável. É muito importante conseguirmos valorizar a nossa paisagem, a

fauna e flora existentes, saber atrair pessoas para o território e dinamizar as diversas atividades económicas, incluindo o turismo de natureza.

O concelho de Mértola, muito por ação da ADPM, foi pioneiro e inovador em muitas estratégias de defesa e valorização das suas componentes biofísicas.

Atualmente, nessas componentes, que novos desafios enfrenta uma associação deste tipo para poder continuar a inovar e a cumprir os seus objetivos de salvaguarda ambiental?

As Associações de Desenvolvimento Local e as Organizações Não-Governamentais de Ambiente assumem um importantíssimo papel na consolidação do exercício da cidadania e na expressão dos anseios, das preocupações e das vontades das comunidades locais, da *Civitas*. A par de outras entidades privadas e públicas, estas organizações são interlocutores fundamentais das instituições da administração, são agentes e parceiros privilegiados e essenciais de mediação com as populações, de defesa dos valores e princípios comuns, designadamente ambientais e ecológicos, e de promoção de estratégias de desenvolvimento equitativo e integrador, mercê da experiência, da proximidade e do conhecimento das realidades locais que possuem e da intervenção e participação cívica que praticam.

A ADPM, cujo empenho ativo muito contribuiu para a génese do Parque do Vale do Guadiana, tem persistentemente realizado uma apreciável ação em prol do ambiente, da educação ambiental, da valorização da paisagem, da conservação da natureza, da promoção dos recursos naturais e dos produtos silvestres, do combate à desertificação, da adaptação às alterações climáticas, do desenvolvimento local e da cooperação a que seguramente dará continuidade no futuro.

Seria fastidioso enumerar exaustivamente os inúmeros projetos e ações prosseguidos pela ADPM nos diversos domínios, mas é de justiça referir que, naqueles que tem acompanhado ou em que esteve envolvido como parceiro, o ICNF testemunhou e reconhece uma atividade com qualidade, consistente, produtiva, interessada, dinâmica e consequente. A ADPM integra o Núcleo Regional do Alentejo que faz parte da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação, presidida pelo ICNF, no âmbito do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, revelando-se um membro interessado e ativo. Nestes tempos exigentes e de grande incerteza quanto

ao futuro, os desafios que se colocam a estas entidades são, em grande medida, muitos dos que se levantam, em geral, à sociedade e aos diversos sectores e agentes que constituem o tecido social e económico local, regional e nacional. Entre os desafios mais importantes, destacaria a exigência de elevados padrões ambientais e a promoção de modelos equilibrados e sustentáveis de desenvolvimento que garantam a satisfação atual das necessidades sentidas pela sociedade sem comprometer, no futuro, a viabilidade de realização das exigências vitais das novas gerações.

A ADPM está de parabéns pelos 40 anos e por todo o contributo que tem dado a Mértola. Ao trabalhar em conjunto com os outros agentes do território, conseguirá enfrentar os desafios que surgirão e continuará a afirmar-se e a contribuir para o sucesso e sustentabilidade do Concelho e do Parque Natural do Vale do Guadiana.



Prémios





A pandemia COVID19, que nos limita a mobilidade, não permitiu realizar uma foto com todos da atual equipa. O arquivo serviu-nos para, nestas 3 imagens, celebrar convosco, mesmo os ausentes, os 40 anos da ADPM. Fica a promessa de publicar, em breve esperamos, a foto da atual equipa. Parabéns a todos!



ADPM
mértola
40 Anos
desde 1980

